



**Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Humanas – IH
Departamento de Serviço Social – SER
Trabalho de Conclusão de Curso – TCC**

GILSILEIDE SOUZA DE OLIVEIRA PIAULINO

**JOVENS NEGRAS E O “CÁRCERE”
O ESTADO DA ARTE DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS SOBRE
AS ADOLESCENTES E AS JOVENS EM MEDIDAS
SOCIOEDUCATIVAS NO BRASIL**

**BRASÍLIA – DF
Inverno de 2017**

GILSILEIDE SOUZA DE OLIVEIRA PIAULINO

**JOVENS NEGRAS E O “CÁRCERE”
O ESTADO DA ARTE DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS SOBRE
AS ADOLESCENTES E AS JOVENS EM MEDIDAS
SOCIOEDUCATIVAS NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social, Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a M.^a Priscilla Maia Andrade

Co- Orientadora: Prof. M. Dr. Edileuza Penha de Souza

**BRASÍLIA – DF
Inverno de 2017**

Dedico este trabalho a todas as adolescentes do módulo 7, sentenciadas em restrição de liberdade, da Unidade de Internação de Santa Maria-DF. Aos momentos que foram únicos... em meios às grades, as câmeras, ao horário contado até os últimos minutos do banho de sol, até o último dia, mesmo a cadeia pesando a mente, conseguimos ter afeto, confiança e sorrisos... palavras estranhas a este lugar. Este trabalho é de corpo e alma dedicado á vocês!

Aos espíritos de luz que me acompanha e que me guarda: Frederico, Vovô Luzia e Vovô Tapuia (in memoriam).

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente à Fraternidade Txai - Umbanda Universalista Franciscana e à Sagrada Ayahuasca, no terreiro de umbanda com a força das cablocas e dos cablocos, a sabedoria das pretas e dos pretos velhos, unido à redenção e o amor de Deus comungado à luz da Ayahuasca, foram instrumentos de Deus, me fez firmeza, luz e confiança para chegar até aqui, até essas linhas nas quais escrevo, até esses últimos segundos que antecederam essa escrita. Mais que amiga, mais que irmã, a metade de mim que habita em você, é sua metade que habita em mim. Entrego, confio, aceito e agradeço! Obrigada, Deus! Obrigada, minha mãe Oxum! Salve a minha força!

A minha mãe Elieci, meu pai Gilson e minha irmã Bianca, mesmo com todas as divergências, nunca me faltaram com suporte e apoio para continuar e persistir na universidade, concluir os estudos. Agradeço imensamente por ter cuidado do meu filho, semestre após semestre, até o dia de hoje. Agradeço ao meu irmão Frederico (in memoriam), espírito de luz que me acompanha, me protege e me ampara, muito obrigada por se fazer presente, sou muito grata por esse privilégio.

Ao meu filho Bernardo, pela paciência, mesmo que às vezes difícil de compreender, os momentos que a ausência materna foi necessária, nesses anos de UnB e principalmente nessa reta final da monografia. Obrigada pelo seu sorriso de todo dia, seu abraço carinhoso de todo dia, seu amor demonstrado todo dia, amo você meu filho. É por nós, todo o esforço colocado até aqui.

A minha amiga, confidente, parceira, cúmplice de todos os momentos inimagináveis, Gabriela. Agradeço muito pela caminhada que temos juntas, pelo seu apoio, colo, ombro, conversas madrugadas adentro que amparam e elucidaram os momentos difíceis dessa escrita, fez ser menos solitária. Obrigada pelos serviços e revisões de ABNT nesta monografia, não tenho mesmo palavras para descrever e agradecer, te admiro e rezo sempre por você, você é minha bibliotecária preferida!

A Juliana, por suas palavras ditas sem rodeios, certa, pragmática e realista, neste momento perverso que a academia te coloca. Em uma escrita difícil e solitária que te faz duvidar de suas capacidades, que até minutos atrás era certeza no coração e na mente. Obrigada por me puxar, diversas vezes, de volta para o que de fato deveria ser

feito. Obrigada por me ouvir e me ajudar, sempre com respeito aos meus sentimentos. Obrigada também pelos serviços e revisões de ABNT, minha segunda bibliotecária preferida!

A minha namorada e companheira Júlia Nara, por toda atenção, amor, companheirismo, firmeza e luz que se fez presente em qualquer momento, em qualquer lugar, em qualquer circunstância que precisei. Obrigada por todas as orações, intercedendo por mim incansavelmente, obrigada meu amor, por toda dedicação e cuidado. Seguimos nos amando, nos cuidando e nos respeitando, gratidão!

A todas as adolescentes do módulo 7 da Unidade de Internação de Santa Maria – UISM-DF. Obrigada pela oportunidade do vínculo afetivo que tivemos, me proporcionou humanidade no aprendizado enquanto assistente social em formação, durante todos os atendimentos individuais e principalmente nos momentos de aplicação do projeto de intervenção, onde toda a carga apreendida na universidade se fez presente no fazer profissional me devolvendo um salto qualitativo inimaginável, uma apreensão privilegiada que me deu todo o suporte para a escrita deste trabalho. Sei que contribui muito também para vocês, mesmo com todas as adversidades, desafios e subtrações que o encarceramento coloca. A troca existiu, foi meu dever e sou grata por isso!

A minha orientadora Priscilla Maia, pela paciência e respeito à minha realidade e ao meu tempo de produzir. Obrigada pelo cuidado, pelo profissionalismo e seriedade nas orientações. Obrigada pelo respeito à minha escrita, nas minhas escolhas dos caminhos que quis percorrer neste trabalho. Obrigada pelas contribuições com muito rigor teórico e pelas inúmeras conversas de acolhimento. Te admiro muito e sou muito grata de ter tido você na minha trajetória acadêmica, enquanto professora e orientadora, contribuiu imensamente na minha formação profissional, obrigada!

A minha co-orientadora Edileuza Penha de Souza, por ter aceitado embarcar nesta pesquisa. Obrigada por todas co-orientações tarde adentro, por sua leitura minuciosa em meu trabalho e por suas contribuições teóricas imprescindíveis e indispensáveis. Obrigada também pelo colo, pelo abraço e pela firmeza nas conversas, aprendi muito com a senhora, dentro e fora de sala de aula. Agradeço por se fazer presente e por me permitir estar presente em seus projetos cinematográficos, tenho muito que aprender nessa caminhada e quero muito poder contribuir também, obrigada por isto!

Ao professor e colega Marcos Vinicius, por todo aprendizado em sala de aula, sua matéria negra e textos negros abordados foi pilar para a conclusão deste trabalho. A experiência e estudos desta matéria me tiraram, mais uma vez, do meu local de conforto e privilégio enquanto estudante branca. Contribuiu para redefinir as prioridades da escrita nesta produção acadêmica. As excelentes aulas ministradas por você, aliadas ao processo de escrita deste trabalho abriram portas transformadoras em minha formação profissional, na certeza de ter apreendido o que fui buscar: enegrecer meu conhecimento. Obrigada!

As professoras/es Mariléia Góin, Lucélia Luiz Pereira, Andréia de Oliveira, André Luís Gomes, Marcelo Caetano, muito obrigada pelo conhecimento marcante e indispensável que puder ter com vocês.

As minhas amigas/os e colegas Radha, Zeu, Guaçu, Leo Dias, Aline Verusa, Biel, Najara Thalita, Bea Maria, Karolzinha, Alina, Tatiane, Daphne, Brasil, Anna Bárbara, Xênia, Fabíola Cavalcante, Antoniella, Thaís Ellen, Rayane Noronha, Jero, Renata Juliane, Lidiane, Glennda Sorhaya, Maria Isabel, Wilma, Jonatas Moreth, Fábio meu compadre, obrigada pela amizade e apoio quando precisei nessa nada mole vida acadêmica, algumas por ter passado em minha vida, outras/os em minha trajetória acadêmica e no movimento estudantil, e poucas/os por se fazerem presente sempre que podem. Meu muito obrigado, por tudo!

A todas as pessoas que de alguma forma contribuíram com a minha formação e com esse trabalho. Obrigada!

*Canta passarinho
quero te ver cantar
canta o raiar do sol
pra eu poder enxergar.
Saudade da família
da quebrada e as aliadas,
o corre que fazia era o sustento lá de casa.
Hoje faço parte das "68" encarcerada,
mais uma na estatística feminina carcerária.
O racismo prevalece
não é motivo pra piada,
lucram com nosso sangue
mais uma preta é algemada.
É falha do sistema capitalista e opressor
falta oportunidade se o requisito é COR.
E o sabiá cantou pra eu não desistir
que o tempo ruim vai passar,
logo eu vou sair.
Noite dessa passada
parecia um sonho,
um livro de poesia é uma mina rimando.
Quando li Carolina me vi quarto de despejo.
Privada da liberdade
entre o amor e o desespero,
encontrei nas palavras a força de um enredo
as correntes se quebraram o samba é verdadeiro.
O som que emana é forte não me falta inspiração
decidi seguir o que manda o coração
meu lugar é o mundo
e em meu mundo não me cabe solidão.*

Júlia Nara
Poeta da Periferia

Resumo

Esta pesquisa intitulada *Jovens Negras e o “Cárcere”*: *O Estado da Arte das produções científicas sobre as adolescentes e as jovens em medidas socioeducativas no Brasil*, tem como objetivo realizar o estado da arte de produções científicas na área de Serviço Social e Direito, sobre as adolescentes e jovens em medidas socioeducativas, aponta quais são os principais focos de análise e observa se as especificidades de gênero e raça são abordadas. Analisa-se ainda, as recorrências encontradas nas produções científicas pesquisadas no que se refere à: cultura masculina, patriarcal e racista no sistema socioeducativo. Para subsidiar a análise utiliza-se como referencial teórico a Criminologia Feminista, que permite compreender os estereótipos e os seus desdobramentos que recaem sobre a mulher criminosa. Parte-se da análise de que raça é uma construção social, política e cultural e que o sistema penal se fundamenta em bases racistas, classistas, machistas e patriarcais, tanto para o controle social desse segmento da população, quanto para o seu genocídio. O resultado encontrado neste estado da arte é a “retórica da continuidade” da invisibilização da adolescente/mulher negra autora de ato infracional, até mesmo quando objeto de estudo, suas subjetividades e especificidades permanecem subtraídas nas análises. Conclui-se que a omissão da centralidade de raça nas análises acadêmicas sobre o sistema socioeducativo contribui para o racismo institucional, presente tal qual nos sistemas de controle social formal e informal. O local do discurso racial, presente nestes artigos permanece sempre após a vírgula, entre parêntese ou em nota de rodapé. É preciso enegrecer as produções acadêmicas, dar a devida centralidade, a fim de abarcar alguns elementos constitutivos que são centrais no processo de dominação da formação social, econômica, política e cultural do Brasil.

Palavras-chaves: Sistema Socioeducativo. Adolescentes Negras. Criminologia Feminista, Patriarcado, Racismo.

Abstract

This research titled the *Black Young Girls and Prison: State of art of scientific productions about adolescents and juvenile in conflict with the law*, aims to realize the state of art of scientific productions of Social Work and Law fields of study, about adolescents and juvenile in Conflict with the law in Brazil, points the main focus of analysis and observes if specificities of gender and race are addressed. Analyzes yet, recurrences found in scientific productions researched by: masculine, patriarchal and racist culture in the socio-educational system. To support the analysis, it is used the theoretical reference, Feminist Criminology, which allows to comprehend the stereotypes and its unfoldings that relapse in the criminal woman. It starts from the analysis that race is a social, political and cultural construction and that the criminal system is based on racist, classist, patriarchal and sexist grounds, for both social control of this segment of the population and its genocide. The result found on this state of art is the "rhetoric of continuity" of invisibilization of black young woman in conflict with law, even the object of study, its subjectivities and specificities remain subtracted in the analysis. It is concluded that omission of centrality of race in academic analysis about socio-educational system contributes to institutional racism, present in both formal and informal social control system. The place of speech, present in this article, remains always after comma, between parentheses or footnotes. It is necessary to blacken academics productions, giving the due centrality, in order to cover some constitutive elements that are central in the process of domination of social, economic, political and cultural of Brazil.

Keywords: Socio-educational system. Black adolescents. Feminist Criminology. Patriarchy. Racism.

Sumário

Sumário	10
Capítulo 1	22
INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA “EM PERIGO DE O SER...”	22
1.1 Da situação irregular a garantia de direitos: Histórico do atendimento e da transgressão infanto-juvenil	22
1.2 Sistema de Garantia de Direitos, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e seus desafios.	36
1.3 Redução da Maioridade Penal	39
Capítulo 2	43
JOVENS NEGRAS, MACHISMO, RACISMO E "ENCARCERAMENTO"	43
2.1 Estudos de Gênero e Raça	43
2.1.1 Gênero	43
2.1.2 Raça	48
2.2 Construções da equidade de gênero e raça na vida em sociedade	50
2.3 As adolescentes e jovens em medidas socioeducativas no Brasil	56
Capítulo 3	67
ESTADO DA ARTE DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS SOBRE AS ADOLESCENTES E JOVENS EM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NO BRASIL	67
3.1 Fotografia das produções	67
3.2 Direitos assegurados: entre o papel e o vivido (o aporte normativo versus sua materialização)	71
3.3 Menina negra e bandida, porém excluída das análises: A centralidade não-falada da questão racial	74
3.4 O que ainda não sabemos?	78
Referências Bibliográficas	86

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Figura 1 - Dormitório – Pavilhão Anchieta - Serviço de Assistência a Menores – Rio de Janeiro, 1964.

Figura 2 – Mapa das unidades de internação femininas e mistas (2015)

LISTA DE TABELA

Tabela 1 - Artigos coletados

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Atos Infracionais – Total Brasil (2014)

Gráfico 2 – Percentual dos Atos Infracionais - Sexo Feminino (2015)

LISTA DE SIGLAS

CNDM - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CNJ – Conselho Nacional de Justiça
CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
DEAM - Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher
DST - Doenças Sexualmente Transmissíveis
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
FEBEM - Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFOPEN - Informações Penitenciárias
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
OMS - Organização Mundial de Saúde
ONG – Organização Não Governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
PAMI - Programa de Acompanhamento Materno Infantil
PAISM - Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher
PEC - Proposta de Emenda à Constituição
PIA - Plano Individual de Atendimento
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNBEM - Política Nacional de Bem-Estar do Menor
SAM - Serviço de Assistência a Menores
SGD - Sistema de Garantia de Direitos
SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SIPIA - Sistema de Informação para Infância e Adolescência
UISM-DF – Unidade de Internação de Santa Maria do Distrito Federal

Introdução

Segundo o Levantamento Anual do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) de 2014, o principal delito cometido pelas/os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa é roubo (44,41%), depois tráfico de drogas (24,24%). Atos que requerem uso de violência não ultrapassam, individualmente, 10% do total. Os dados são: homicídio 9,47%, tentativa de homicídio 3,46%, porte de arma de fogo 1,88%, latrocínio 2,13% e estupro 1,28% (BRASIL, 2017).

São adolescentes que estão, em sua maioria, cumprindo medida socioeducativa de internação (66%) - que equivale a “regime fechado” se comparado ao sistema penal (BRASIL, 2017) e nesse mesmo levantamento podemos encontrar outros dados: a maioria é negra (55,77%) e com a faixa etária entre 16 e 17 anos (56%). O último dado sobre escolaridade está no levantamento anterior publicado em 2015, tendo as/os adolescentes estudado somente até o ensino fundamental (86%) (BRASIL, 2015).

Dentre os dados apresentados pelo Levantamento Anual do SINASE, tanto da publicação de 2015 quanto de 2017 ainda temos uma especificidade que é invisibilizada, as adolescentes e as jovens mulheres em medidas socioeducativas.

Para compreender essa invisibilidade desse público, será abordado neste trabalho o conceito de gênero, a partir da perspectiva de Joan Scott, que afirma que há uma hierarquização entre os gêneros constituídos por símbolos e significados, a partir do sexo biológico, e que são regulados por uma relação de poder. A partir desta abordagem será discutido também o conceito de gênero efetuado por Heleieth Saffioti, que se utiliza do termo *patriarcado* para definir em que parâmetros são realizados essa hierarquização e essas relações de poder.

A questão racial será trabalhada inicialmente segundo a autora Nilma Lino Gomes, onde parte-se da análise de que raça é uma construção social, política e cultural. Suas implicações no sistema penal, entendendo que se fundamenta em bases racistas, classistas e machistas, tanto para o controle social¹ desse segmento da população,

¹ Entende-se no decorrer deste trabalho, por controle social, o controle do Estado sobre a sociedade. Exceto na página 34 e 35, na qual este termo se refere a um dos três eixos de atuação do Sistema e Garantia de Direitos, sendo explicado mais detalhadamente no capítulo 1.

quanto para o seu genocídio, será trabalhado segundo a autora Ana Luiza Pinheiro Flauzina.

Usar-se-á neste trabalho também uma análise nos parâmetros da *Criminologia feminista* - que é desenvolvida a partir do acúmulo da Criminologia Crítica - para compreender os estereótipos e os seus desdobramentos que recaem sobre a mulher criminosa. Segundo Andrade (2012) a Criminologia Crítica se consolidou em oposição à Criminologia Tradicional, esta se sustenta em um paradigma criminológico etiológico centrado na abordagem do crime e no criminoso. A Criminologia Crítica - nos marcos das categorias capitalismo e classes sociais - se volta então para a investigação do controle social e penal e tem sua interpretação nos marcos das categorias patriarcado e gênero pela Criminologia Feminista.

O foco deste trabalho é a abordagem científica sobre a realidade das adolescentes e jovens negras inseridas no sistema socioeducativo. Tem como objetivo geral realizar o estado da arte de produções científicas na área de Serviço Social e Direito, sobre as adolescentes e jovens em medidas socioeducativas no Brasil, apontando quais são os principais focos de análise. Tem como objetivo específico identificar quem são as adolescentes autoras de ato infracional tratada na bibliografia estudada, observar se as especificidades de gênero e raça são abordadas nas produções científicas pesquisadas, - analisar ainda, as recorrências encontradas nas produções científicas no que se refere à: cultura masculina, patriarcal e racista no sistema socioeducativo e como as políticas públicas de atendimento a esse público estão sendo abordadas nessas produções.

Ao analisar as construções sociais de gênero e raça pautada na circulação e vivência de espaços pré-determinados, as crianças, adolescentes e jovens brancas/os e não-brancas/os reproduzem uma ordem ancorado na educação sexista² do que é “ser/para menino” e “ser/para menina”. Ficando relegado, na maioria das vezes, para as meninas/mulheres “emocional-subjetiva-passiva-frágil-impotente-pacífica-recatada-doméstica-possuída” (ANDRADE, 2012, p. 142) o ambiente doméstico como local seguro e de organização e para os meninos/homens a livre circulação nas ruas e ambientes públicos, onde na sua condição de sexo masculino “racional-ativo-forte-potente-guerreiro-viril-público-possuidor” (ANDRADE, 2012, p. 141) deverá fazer sua própria proteção e também a proteção e controle das eventuais garotas que ali estiverem.

² Educação permissiva e/ou restritiva com base no gênero

Para as jovens autoras de ato infracional existe uma dupla inferiorização, segundo BRITO (2007) “Nessa perspectiva, antes de ser ‘menor’, a menina é seu corpo, seu sexo de mulher” e “também um menor, em outras palavras, um ser tutelado, portanto, duplamente submetida.” (Idem).

Com uma imensa dificuldade de reconhecê-las como sujeitas de direito, são lhe cobrados somente deveres e responsabilidades, ocasionando um amadurecimento precoce e estigmatizador, que se prolonga em sua vida adulta. Conferindo-lhe de antemão um estereótipo de serem adolescentes maduras, dóceis, amáveis, pacíficas, frágeis e maternas (BRITO, 2007; ANDRADE, 2012). Sob a responsabilidade e primazia do tripé família-sociedade-Estado, essa parcela destituída de reconhecimento de direitos, somado a cristalização de determinados estereótipos e padrões, no momento em que viola a lei são duplamente rechaçadas, moralmente violadas e consideradas não merecedoras de afeto.

Sob a responsabilidade e primazia do tripé família-sociedade-Estado, essa parcela destituída de reconhecimento de direitos, somado a cristalização de determinados estereótipos e padrões, no momento em que viola a lei são duplamente rechaçadas, moralmente, violadas e consideradas não merecedoras de afeto.

A seletividade dos corpos negros feminino está contabilizada nas estatísticas, tanto do sistema socioeducativo, segundo a pesquisa do Conselho Nacional de Justiça³ (2015) há a predominância de adolescentes não-brancas⁴, quanto no sistema penitenciário, 68% são negras, maioria entre 18 e 24 anos (27%) (IFOPEN MULHERES, 2014). Dentre várias práticas racistas existentes em nossa sociedade, podemos citar uma delas, no caso o racismo institucional protagonizado e iniciado pelo aparato policial em seguida pelo sistema penal, ocasionando na criminalização da população negra periférica: "o policiamento ostensivo nos bairros populares restringe a livre movimentação dos indivíduos e aumenta sobremaneira as chances de criminalização dos habitantes das periferias" (FLAUZINA, 2006, p.53).

Tendo sua cor negra associada ao banditismo, o encarceramento da população negra autora de ato infracional se opera em bases classistas e racistas, tendo dentro desse

³ Pesquisa: **Dos espaços aos direitos:** A realidade da ressocialização na aplicação das medidas socioeducativas de internação das adolescentes do sexo feminino em conflito com a lei nas cinco regiões, 2015.

⁴ Na pesquisa do CNJ (2015), onde se coletou esta informação, não há o dado geral em números da porcentagem de adolescentes negras que cumprem medida socioeducativa de internação, há somente de alguns estados. No entanto contém essa afirmação de que “há a predominância de adolescentes não-

brancas”.

universo, o estereótipo da delinquência atrelado à imagem do negro, sendo considerado um fator fundamental na atuação da Polícia (FLAUZINA, 2006).

O presente trabalho de pesquisa nasceu motivado pelas inquietações de outro modo de viver em sociedade: uma mulher questionadora, conflitiva por não se adequar em padrões principalmente hierarquizados e por ter descoberto nas vivências dos movimentos sociais, principalmente no movimento feminista, que há milhares de outras mulheres, crianças, adolescentes, jovens, adultas, idosas, que sofrem do mesmo “mal”. Não se adequar.

Dentre várias atitudes não esperadas para as mulheres, escolheu-se a transgressão com as leis escritas e normatizadas em nosso país, o sistema penal, por meio do sistema socioeducativo. Com o início dos estudos e posteriormente do Estágio Obrigatório em Serviço Social 2 na Unidade de Internação de Santa Maria no Distrito Federal (UISM-DF), a questão racial tomou importância indissociável no processo de pesquisa da autora deste trabalho, na coerência com a realidade do histórico do atendimento da criança e do adolescente no Brasil e com a realidade concreta de quem ocupa esses espaços de controle social da nossa sociedade: corpos negros e periféricos⁵.

Nesse sentido, esse trabalho de conclusão de curso se justifica pela necessidade de se aprofundar e debater os determinantes sociais que perpassam a transgressão na juventude negra feminina, os estereótipos construídos por uma cultura patriarcal, racista, classistas e as violências que os acompanham, destinadas àquelas que não se enquadraram, nem mesmo na lei penal. Sendo direcionado não só a punição normativa, mas a punição dos olhos inquisitórios da sociedade e a invisibilização de suas subjetividades e especificidades.

Não se pretende entretanto, esgotar nesta monografia todos os processos constitutivos da relação entre juventude, transgressão, gênero e raça. Mas sem dúvidas

⁵ Que vivem em cidades periféricas em relação ao centro urbano privilegiado de políticas públicas. No caso do Distrito Federal algumas regiões administrativas mais afastadas do centro administrativo/político/cultural e com menor renda domiciliar per capita (valores em salário mínimo) são, por exemplo: Paranoá (3,51), Recanto das Emas (3,68), Ceilândia (3,90), Santa Maria (4,15), Samambaia (4,40) Gama (5,76). Em comparação a outras regiões administrativas mais próximas do centro (Plano Piloto 15,73), como por exemplo: Lago Sul (27,53), Park Way (19,89), Sudoeste/Octogonal (17,71), Lago Norte (14,83) (Pesquisa Distrital de Amostra por Domicílio – PDAD, 2015). Tal afirmação, que são adolescentes da periferia, se atribui aos dados, a que se teve acesso nas pastas individuais de cada adolescente do módulo feminino onde foi realizado o estágio pela autora da presente monografia, dentre elas a moradia do núcleo familiar, tal informação de forma detalhada e na íntegra não pode ser aqui publicada, pois são de acesso restrito e sigiloso.

identificar prováveis lacunas e apontar possíveis caminhos de análise, pois se pretende continuar com os estudos aqui colocados.

Entende-se então a necessidade de se falar, estudar, pesquisar, produzir, tornar público esse tema, não se relegar ao tabu no espaço privado ou a omissão nos papéis e ofícios dos juízes e com isso se aprisionar, duplamente, os direitos a que essas adolescentes e jovens mulheres negras lhe são negados.

Este trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo dividido em três tópicos, percorreremos o histórico do atendimento e da transgressão infantojuvenil no Brasil, desde o Brasil Colônia até a década de 1990 com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com isso será abordado também o SINASE, o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) e a Redução da Maioridade Penal, colocado no atual cenário brasileiro por meio de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº171/1993 ⁶.

No segundo capítulo, também dividido em três tópicos, serão abordadas as construções de gênero e raça, seus rebatimentos na vida em sociedade, o perfil das adolescentes e jovens mulheres autoras de ato infracional no Brasil e as garantias nacionais e internacionais que perpassa a questão de gênero e étnico-racial na execução das medidas socioeducativas. No terceiro e último capítulo, analisaremos o estado da arte das produções científicas coletadas no âmbito do Serviço Social e do Direito, sob a perspectiva dos direitos da/o adolescente em medidas socioeducativas ancorado na criminologia crítica e feminista.

Procedimentos Metodológicos

O presente trabalho pretendeu realizar um “estado da arte” sobre as produções científicas na área de Serviço Social e Direito, sobre as adolescentes e jovens em medidas socioeducativas no Brasil, apontando quais são os principais focos de análise, considerando inicialmente o recorte de gênero e raça nas produções científicas sobre as adolescentes e jovens autoras de ato infracional.

⁶ A Proposta de Emenda à Constituição nº 171/1993 tem por objetivo alterar o artigo 228 do texto constitucional, de dezoito para dezesseis anos, a idade mínima para aquisição da maioridade penal. Assim, essas/es adolescentes que cometerem ato infracional não estarão sob proteção integral prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, que é a normativa responsável pela execução das medidas socioeducativas voltadas para adolescentes (12 a 18 anos) em medidas socioeducativas. Estarão então sob os mecanismos punitivos previstos no sistema penal.

Além do levantamento e análise dos artigos coletados a fim de realizar o estado da arte, objetivou-se qualificar o referencial teórico através de uma pesquisa bibliográfica e realizar revisão de literatura de autoras e autores que relata o histórico do atendimento infantojuvenil e dos estudos que analisam os conceitos de gênero, questão racial e transgressão feminina no sistema de justiça juvenil e no sistema penal, bem como as principais normativas que aborda o atendimento à infância e à juventude autora de ato infracional, a saber: SINASE, ECA, acordos, convenções e tratados internacionais ratificados pelo Brasil que versam sobre os direitos da criança e da/o adolescente e os direitos das/os jovens privados de liberdade a fim de estabelecer a base teórica de análise dos dados.

A busca das produções científicas foi realizada pela Plataforma Sucupira/Qualis Periódicos, na temporalidade dos anos de 2012 a 2015, área de Serviço Social e Direito, com classificação CAPES A1 a B1, na base de dados da Capes, via sítio da Biblioteca Central da Universidade de Brasília. A escolha de pesquisar somente as produções científicas das áreas de Ciências Sociais Aplicadas, subárea Serviço Social e Direito e classificação CAPES A1 a B1, parte-se do entendimento, que é onde se encontra as informações sistematizadas das principais pesquisas empíricas relacionadas ao tema e que tais áreas elencadas abordam tanto a análise do indivíduo em sociedade, sua relação com as regras de convívio social, como sua relação com as leis e dispositivos legais referentes à criança e à/o adolescente autora de ato infracional, foco de análise deste trabalho.

Em 2006, o Conselho Nacional da Criança e da/o Adolescente aprovou e publicou a resolução de nº 119, que previa toda a organização e execução das medidas socioeducativas por meio do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, orientando assim as unidades de cumprimento de medida socioeducativas. Porém, somente foi regulamentado em 2012, pela lei nº 12.594/2012, que instituiu então o SINASE e regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a/a adolescente que pratique ato infracional. Com isso a temporalidade escolhida (2012 a 2015) das produções científicas se deve a finalidade de abarcar somente as análises posteriores à regulamentação desta lei, a fim de se apoiar no marco legal, dirimindo possíveis lacunas na análise das produções.

O estado da arte consiste em analisar como se dá a produção de conhecimento em determinadas áreas. Na qual será aplicado uma análise qualitativa, considerando que

A conclusão de uma análise qualitativa deve apresentar um texto capaz de transmitir informações concisas, coerentes e, o mais possível, fidedignas. Pois, o relato final da pesquisa configura uma síntese na qual o objeto de estudo reveste, impregna e entranha todo o texto. O contexto, as determinações mais próximas e as mais abstratas, nessa etapa do “concreto pensado”, devem emanar do objeto e não ao contrário. (MINAYO, p. 626 2012)

Com o objetivo de alcançar os propósitos apresentados e a fim de apreender os complexos constitutivos dessa realidade aqui estudada e possibilitar uma análise crítico-dialética nas questões de gênero e raça - que perpassa toda a estrutura da sociedade e não seria diferente em suas instituições e normas de controle social formal e informal - voltados para adolescentes e jovens em medidas socioeducativas, será adotada neste trabalho a abordagem metodológica materialista histórico-dialética, que tem como categorias centrais de análise a contradição, historicidade e totalidade.

Para tanto é necessário partir da totalidade para então analisar as particularidades a fim de não cair em uma análise reducionista que inevitavelmente recairá sobre o indivíduo a culpabilização, que lhe atribui individualmente o mérito ou demérito de sua condição social.

Pontes (1995) discorre que a conceituação de totalidade não é uma simples junção das partes que compõe a esfera social, mas que entre as partes se constitui pontos de mediação que lhes confere uma complexidade própria. Segundo Netto (2011), baseado no método de Marx, o método materialista histórico dialético, coloca que tais complexidades são diferentes entre si por seu maior ou menor grau de complexidade, regidas por “leis tendenciais históricas” específicas, não podendo ser transferida uma a outra sem as necessárias mediações.

Capítulo 1

INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA “EM PERIGO DE O SER...”

Neste capítulo percorreremos o histórico do atendimento e da transgressão infantojuvenil no Brasil, tratando a realidade das crianças e das/os adolescentes no Brasil Colônia até a década de 1990 com a promulgação do ECA e seus desdobramentos. Abordagem necessária para entender quais crianças e quais adolescentes são alvo do controle social formal e informal na história e na atualidade brasileira e como se constituiu a lógica do modelo correcional- repressivo, ainda presente nas políticas de atendimento à criança e à/ao adolescente autora de ato infracional.

1.1 Da situação irregular a garantia de direitos: Histórico do atendimento e da transgressão infanto-juvenil.

A história da infância no Brasil é marcada por tutela, posse, exploração e violências, sobretudo das crianças indígenas e negras escravizadas e de todas as outras que não se enquadravam nos valores morais, religiosos e culturais. E mais adiante, na passagem do Brasil escravocrata rural-agrário para o urbano-industrial, àquelas empobrecidas que não se inseriram na ética capitalista do trabalho formal (RIZZINI, Irene; PILLOTI, 2009).

No Brasil colônia a categoria infância era inexistente, assim como a relação de direitos e proteção baseados em pressupostos de igualdade, pois a sociedade colonial era construída na relação desigual entre o senhor proprietário e população negra escravizada. A referência colocada à criança era sempre tutelada: "filhas de família" (filhas legítimas, concebidas dentro do matrimônio) sob o controle da família, sobretudo do "pai de família"; "meninas da terra" sob tutela dos Jesuítas em colégios ou aldeias; "negrinhas" ou "filhas/os das escravas" sob a propriedade do senhor escravizador como patrimônio e mão de obra escravizada e as "órfãs", "enfeitadas" ou "expostas" que sem o suporte familiar eram mantidas pela caridade nas Casas da Roda e nos Recolhimentos das Órfãs (ARANTES, 2009).

O sistema da Roda dos Expostos foi uma ação conjunta, por parte do Estado Colonial e da Igreja Católica, destinada à infância em virtude do alto índice de mortalidade infantil provocado pelo abandono das crianças nas ruas, nas portas de igrejas e residências. De responsabilidade das Câmaras Municipais e em grande parte assumidas pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, o sistema de rodas constituía em um sistema legal e assistencial das “expostas”, crianças abandonadas e não necessariamente pobres. Tal atendimento se resumia ao recolhimento imediato dessas crianças e depois entregue para “famílias honestas”, sendo amamentadas por amas-de-leite⁷ até três anos de idade, sendo as amas – de - leite contratadas pela Santa Casa de cada cidade, alugadas pelos senhores proprietários de pessoas escravizadas, seus proprietários (FALEIROS, E., 2009).

Esse sistema de assistência se mostrou falido desde sua concepção, pois o objetivo de reduzir a taxas de mortalidade infantil não foi alcançado. As crianças recolhidas pelo sistema de rodas acabavam morrendo doentes pelas condições insalubres das instituições ou contaminadas entre si pela “amamentação artificial” o que representava “um sério risco para as crianças, obrigando as instituições a manterem em seu quadro de pessoal amas- de- leite, responsáveis pela amamentação de um grande numero de lactentes” (RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma, 2004, p.23).

Tal ação se mostrou perversa, pois não se atentava aos cuidados e proteção das crianças expostas, institucionalizava o enjeitamento da criança desvalorizada, que era a criança “negra, mestiça, ilegítima” (FALEIROS, E., 2009, p.219) e quando sobreviventes e não “adotadas” por terceiros, “os expostos, recolhidos e assistidos pelo sistema da Roda ao final de suas diferentes etapas, eram conduzidos ao trabalho precoce e explorado, pelo qual ressarciam seus ‘criadores’, ou o Estado, dos gastos feitos com sua criação” (FALEIROS, E., 2009, p.220).

A assistência no Brasil Império é ampliada com diversificação de instituições, todavia, permaneciam geridas por mantenedoras particulares e religiosas que atuam fortemente no campo da assistência à infância - seus atendimentos eram destinados às

⁷ Mulheres negras escravizadas que acabavam de ter filhos e eram alugadas ou vendidas para amamentar. Também eram comercializadas para amamentar as crianças brancas filhos/as de outros proprietários, pois o ato de amamentar era visto como indigno para as mulheres brancas. "Aluga-se uma preta para ama com muito bom leite, de 40 dias e de primeiro parto, é muito carinhosa para as crianças, não tem vicio algum e é muito sadia; e também se vende a cria" (MAGALHÃES; GIACOMINI, 1983, p.77, apud BARBIERI; COUTO, 2012, p.61).

crianças expostas, órfãs e pobres. Para àquelas que mendigavam e viviam nas ruas, eram recolhidas e encaminhadas para escolas de formação industrial ou agrícola e ainda para as Companhias de Aprendizes Marinheiros e Escolas/Companhias de Aprendizes dos Arsenal de Guerra (RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma 2004; FALEIROS, 2009). As meninas órfãs e “desvalidas” eram enviadas para Casas de Recolhimento de criação religiosa, tendo algumas casas específicas para órfãs brancas com “formação religiosa, moral e prática de boas empregadas domésticas e donas-de-casa” e para órfãs negras com “formação de empregadas domésticas e semelhantes” (RIZINNI, Irma, 1993 apud RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma, 2004).

As/os filhas/os da população negra escravizada já eram inseridas/os logo cedo no mundo do trabalho, a partir de sete anos de idade já trabalhava na condição de aprendiz, "moleque" ou "moleca" e aos doze anos já estava a pleno serviço dos senhores escravizadores como força de trabalho escravizada (ARANTES,2009). Mattoso (1988) traz uma indagação em seu artigo “O Filho da Escrava”, no que se trata a que idade e como a criança negra deixa de ser criança e é visto como escravizada. Mesmo tendo a faixa dos sete anos delimitado como aprendiz, em sua menoridade a criança negra servia como brinquedo das/os filhas/os dos senhores proprietários, sendo doadas como presentes a outras crianças brancas ou usadas como divertimento para visitas, além de serem submetidas a maus-tratos e todo tipo de violência, inclusive sexual (FALEIROS, E., 2009).

A criança negra, desde sua concepção, não lhe era destinada nenhum forma de afeto, nenhuma política de assistência, inexistia qualquer tipo de atenção ou acolhimento a essa criança. “Os filhos de escravas, os ingênuos ⁸e as crianças indígenas não foram alvos privilegiados das intervenções das instituições religiosas, privadas ou governamentais, no Império brasileiro” (RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma, 2004, p. 27) e ainda “morria com facilidade, devido às condições precárias em que viviam seus pais e, sobretudo, porque suas mães eram alugadas como amas- de -leite e amamentavam várias outras crianças” (RIZZINI, Irene; PILOTTI, 2009, p. 18).

A Lei do ventre livre (28/09/1871) perversa tal como a escravidão, não alterou a infância das crianças negras escravizadas, pois manteve a política de escravidão e de desvalorização da criança “escrava-cria”. Embora a lei previsse que nasciam libertas/os

⁸ Aqueles nascidos livres com a Lei do Ventre Livre de 1871.

as/os filhas/os de mães e pais escravizadas/os, tal lei também obrigava os senhores proprietários a “criá-las/os” até os oito anos de idade, com isso tinha o direito de usufruir do seu trabalho escravizado até que completasse vinte e um anos como forma de pagamento do “gasto” despendido com essa criança ou poderia entregar ao Estado e receber uma indenização (RIZZINI, Irma, 2009).

Por óbvio, a grande massa de senhores escravizadores escolhia permanecer com a criança e explorar sua mão de obra “já que dos quase 400 mil ou mais ‘ingênuos’ registrados até 1885, apenas 118 haviam sido confiados ao governo, o que representa menos de 0,1%” (LIMA; VENÂNCIO, 1991, p.66 apud RIZZINI, Irene; PILOTTI, 2009, p.104). Pode-se concluir que a Lei do Ventre Livre não alcançou as crianças negras escravizadas, exceto os 0,1% citados acima, pois com todos os condicionantes dentro da própria lei e com a Lei Áurea (1888) decretada 17 anos depois, tais crianças nascidas após a Lei do Ventre Livre, que permaneceram com os senhores escravizadores, não chegaram a completar os 21 anos para serem enfim libertos pela lei, tendo sido antes decretado no papel a Lei Áurea.

Pós-Lei Áurea o governo, agora republicano, não destinou nenhuma política de habitação ou inclusão no mercado de trabalho para essas famílias que adquiriram a condição de livres: “crianças e adolescentes agora identificados como ‘menores abandonados material e moralmente’ passam a ser encontrados nas ruas, brincando, trabalhando, esmolando” (ARANTES, 2009), somado a isso há a consolidação de um modelo de desenvolvimento urbano-industrial capitalista e excludente (SANTOS, 2008).

A resposta do governo recém-republicano se reverteu em ausência de políticas públicas de promoção à cidadania e a instituição de uma legislação específica para “os menores”: o Código Penal da República de 1890, que reduz em relação ao Código Criminal do Império de 1830, a idade penal de quatorze para nove anos e dispõe sobre as crianças que perturbam a ordem, a tranquilidade e a segurança pública. Sendo a partir de então indicadas ao recolhimento para Casa de Correção, na condição de infratoras/es. O que pode indicar uma medida de encarceramento das crianças e adolescentes negras/os recém libertas/os, antes sob propriedade dos senhores escravizadores e agora circulando nas ruas representando um risco potencial para a ordem vigente.

Com isso se inicia uma mudança da prática assistencialista protagonizada pelas casas religiosas para uma prática punitiva referenciada na área jurídica, que intensifica a criminalização de crianças e adolescentes, tendo como alvo principalmente essas crianças e adolescentes negras/os que adquiriram a condição de livres, mas sem nenhum suporte enquanto política pública para essa nova configuração social ⁹ (SANTOS, 2008).

Nas décadas seguintes do Brasil república se constrói um discurso de ideal de identidade aliado à civilização, ordem e paz social, onde a ideia de salvação da criança se interpassa na proposta de salvação do país, “a missão que se tinha à frente era não só a de educar as crianças para uma nação ‘forte’, mas a de educar um ‘povo-criança’ - um povo que se encontrava ainda em sua fase de infância” (RIZZINI, 2008, p. 87).

Via-se na criança, ainda facilmente adaptável, a solução para o país. Poderiam ser úteis mesmo aquelas originárias dos estratos mais miseráveis, vistas como candidatas à vadiagem e ao crime, desde que adequadamente educadas, fora de seu ambiente vicioso. Daí o discurso ambíguo de defesa da criança e da sociedade: para se tiver como moldar a criança com o propósito de civilizar o país, era preciso primeiro concebê-la como passível de periculosidade (RIZZINI, 2008, p.88).

Surge então diversas críticas, por parte de médicos, juristas, elites intelectuais e políticos, do modelo assistencial caritativo alegando sua falência e ineficiência em solucionar o problema da “vadiagem” e das/os “desocupadas/os”, sem distinção de idade e sexo, e para tanto a necessidade de uma intervenção do Poder Público de forma centralizada e sistematizada. Tal argumento foi utilizado não somente para fundamentar a intervenção punitiva do Estado na assistência as/aos necessitadas/os, mas também na instituição familiar, naquelas que julgasse estar corrompida ou incapaz de oferecer condições apropriadas à criança. Retirava-se então o direito de guarda das/os responsáveis no intuito de “sanear”, “civilizar” e “moralizar” a população, tendo a criança como instrumento, sustentado no discurso que ela seria a “chave para o futuro” de salvação do país. Tratava-as/os como irregulares perante a sociedade e a moral, criminaliza-se a pobreza não só das/os “menores abandonadas/os e viciosas/os”, mas também da classe trabalhadora, das/os “degeneradas/os” pela família e se utiliza da

⁹ Somado ao Código Penal de 1890, em 1893 é instituído o Decreto 145, que “determina a necessidade de isolar os vadios, os vagabundos e os ‘capoeiras’ na Colônia de Correção. Desde então, a legislação passa a perseguir a arte e a cultura de resistência das/os capoeiristas, considerada uma situação de vagabundagem e passível de prisão” (SANTOS, 2008, p. 16).

ideologia do trabalho na infância como virtude para correção e salvação das/os desvirtuosas/os que ameaça a paz social (RIZZINI, Irene, 2004; 2008; 2009).

A ideologia do trabalho fez com que a condição de trabalhador funcionasse como um atestado de virtude e condição básica de aprovação na sociedade, constituindo instrumento poderoso de regulamentação econômica e social, sobretudo no século XIX. No caso da criança, a lógica era adaptá-la desde cedo para o trabalho. Portanto, a sua inserção, a mais precoce possível no mundo do trabalho, era vantajosa na época. Ao mesmo tempo em que o processo de acumulação capitalista absorvia vorazmente todo e qualquer braço, e sem hesitar, o infantil, como apontou Marx, interessava acostumar a criança ao trabalho árduo como forma eficaz de mantê-la ocupada e conformada na luta exclusiva de sua subsistência (RIZZINI, 2008, p. 103).

A intervenção do Estado se deu na aliança entre justiça e assistência, o que pretendia realocar o modelo caritativo e não excluí-lo. Este por sua vez, via nos promotores da Justiça a solução para a crescente periculosidade da população pobre assistida, cria-se uma intrincada rede de medidas jurídico-sociais. Paralelo a esse acúmulo político-repressivo o meio jurídico passava por debates que visava sua reforma na própria conceituação de "Justiça". Visava uma “humanização” do sistema penitenciário e ganhava força à ideia de que era necessário compreender a criminalidade infantil afastando da área penal: “As palavras-chaves de então eram: profilaxia, educação, recuperação e correção” (RIZZINI, Irene, 2009, p.111) (IRENE RIZZINI, 2008,2009).

A infância foi nitidamente "judicializada" neste período. Decorre daí a popularização da categoria jurídica "menor", comumente empregada nos debates da época. O termo "menor", para designar a criança abandonada, desvalida, delinquente, viciosa, entre outras, foi naturalmente incorporada na linguagem, para além do círculo jurídico (RIZZINI, Irene, 2009, p.113).

Dessa forma temos uma construção dicotômica e estigmatizada da infância, que perdura até os dias de hoje,

(...) de um lado, a **criança** mantida sob os cuidados da família, para a qual estava reservada a cidadania; e do outro, o **menor**, mantido sob a tutela do vigilante do Estado, objeto de leis, medidas filantrópicas, educativas/repressivas e programas assistenciais (...) (RIZZINI, Irene, 2008, p. 29).

Legitima-se então a criação de uma legislação especial, materializada em uma instância regulatória da infância e em 1923 é criado por parte do Poder Judiciário o Juízo de Menores e de todas as instituições auxiliares. O atendimento do Juízo de Menores consistia na internação de menores “abandonadas/os” e “delinquentes”, tendo o Juiz de Menores, na pessoa de um juiz de Direito, a absoluta autoridade e competência para definir quais seriam as medidas para o “tratamento”, a guarda, vigilância e

educação, e ainda com auxílio de um médica/o-psiquiatra, examinar o estado físico, mental e moral das crianças e a situação social, moral e econômica das mães, pais ou responsáveis pela sua guarda (RIZZINI, Irene, 2009).

Somente na década de 1930, já vigorando o Código de Menores e que incorporou o Juízo de Menores, que os serviços de exame técnico físico, mental e social passaram a ser realizados por Laboratório de Biologia Infantil, criado com autorização do Ministério da Justiça para subsidiar o judiciário nas decisões. As instituições auxiliares consistiam em receber as crianças encaminhadas pelo Juízo, eram instituições subvencionadas pelo governo e instituições particulares. Há uma incorporação das antigas instituições religiosas e particulares que antes protagonizavam o atendimento a essas crianças, agora contratadas e financiadas pelo Juízo de Menores (RIZZINI, Irene, 2009).

Na prática o Juízo de Menores serviu como um anteprojeto do Código de Menores, pois prevaleceu uma espécie de justiça autoritária, assistencialista, paternalista, moralista e patologizante. Então, da criação do Juízo de Menores em 1923 ao Código de Menores em 1927 registra-se um período de intensa elaboração de leis, artigos, incisos que procurava normatizar com imenso detalhamento a assistência e proteção à infância abandonada material e moralmente (RIZZINI, Irene, 2009).

Materializando assim,

Art. 26. Consideram-se abandonados os menores de 18 annos: (...) III, que tenham pae, mãe ou tutor ou encarregado de sua guarda reconhecidamente impossibilitado ou incapaz de cumprir os seus deveres para, com o filho ou pupillo ou protegido;

(...)

Art. 28. São vadios os menores que: a) vivem em casa dos paes ou tutor ou guarda, porém, se mostram refractários a receber instrucción ou entregar-se a trabalho sério e útil, vagando habitualmente pelas ruas e logradouros públicos; b) tendo deixado sem causa legitima o domicilio do pae, mãe ou tutor ou guarda, ou os logares onde se achavam collocados por aquelle a cuja autoridade estavam submettidos ou confiados, ou não tendo domicilio nem alguém por si, são encontrados habitualmente a vagar pelas ruas ou logradouros públicos, sem que tenham meio de vida regular, ou tirando seus recursos de occupação immoral ou prohibida.

(...)

Art. 34. Suspende-se o pátrio poder ao pae ou á mãe: (...) II, que deixai o filho em estado habitual de vadiagem, mendicidade, libertinagem, criminalidade, ou tiver excitado, favorecido, produzido o estado em que se achar o filho, ou de qualquer modo tiver concorrido para a perversão deste, ou para o tornar

alcoólico (lei n. 4.242, de 5 de janeiro de 1921, art. 3º, § 1º, ns. V e VI letra d, e § 15)

(...)

Art.68. (...) § 2º Si o menor fôr abandonado, pervertido ou estiver **em perigo de o ser**, a autoridade competente proverá a sua collocação em asylo casa de educação, escola de preservação ou confiará a pessoa idônea por todo o tempo necessário á sua educação contando que não ultrapasse a idade de 21 annos (CÓDIGO DE MENORES, 1927, grifo nosso)

Construiu-se na esfera do Estado as bases para uma política repressiva de “proteção” à criança em situação de rua, abandono, pobreza e de “desqualificação moral” das famílias de classes baixas, sob o entendimento de estarem em situação irregular. Em 1941 é criado pelo governo Vargas, no período do Estado Novo (período ditatorial iniciado em 1937, com o golpe de Estado implementado pelo então presidente da República Getúlio Vargas), o Serviço de Assistência a Menores (SAM). Na tentativa de centralizar a assistência o SAM foi implementado primeiro no Distrito Federal e só depois em 1941 que adquiriu âmbito nacional. Não representou nenhuma novidade no serviço de assistência, herdando o modelo e estrutura de atendimento do Juízo de Menores, mas sem autonomia financeira. Na lógica da institucionalização das crianças e adolescentes, seguiu uma política higienista e de “limpeza” social sustentada no discurso de “segurança nacional”, amplamente difundida no regime ditatorial, contribuindo para aumentar o estigma das crianças e adolescentes atendidas pelo serviço. (RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma, 2004)

Mas foi em relação aos *transviados* que o SAM fez fama, acusado de fabricar criminosos. No imaginário popular, o SAM acaba por se transformar em uma instituição para a prisão de *menores transviados* e em uma *escola do crime*. A passagem pelo SAM tornava o rapaz temido e indelevelmente marcado (RIZZINI, Irene; RIZINNI, Irma, 2004, p. 34).

Figura 1 - Dormitório – Pavilhão Anchieta - Serviço de Assistência a Menores – Rio de Janeiro, 1964



Fonte: Rizzini e Rizzini (2004, p.33)

Em contraposição ao SAM, foi criado em 1964 no Regime Militar, sob o governo do marechal Humberto de Alencar Castello Branco (1964 – 1967), a entidade Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM). Com autonomia financeira e administrativa a FUNABEM incorporou o SAM e tinha por objetivo formular e implantar a Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM). Sob o discurso de integrar a/o “menor” a sua comunidade de origem, “internar em último caso” e com a retórica de eficácia e eficiência, característica dos governos militares, a PNBEM atuou em diversos estados por meio da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM) (RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma, 2004).

Nesta manhã, vejo todo um milagre. Vejo o milagre da transmutação da “sucursal do inferno”, da “escola do crime” e da “fábrica de monstros morais”, em um centro educacional voltado para o desenvolvimento integral do menor [...]. No lugar do SAM, a Fundação; o amor ao invés do crime. Esse milagre que, hoje e aqui, proclamamos a toda a nação brasileira, nós o devemos por inteiro à Revolução de março. E não tenho dúvidas em afirmar que a contestação mais cega e mais surda, que tudo negasse à obra revolucionária, haveria, pelo menos, de bendizê-la por apagar o sangue, a corrupção e a vergonha do malsinado SAM, para, neste mesmo lugar, erguer a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor [...]. Forçoso é dizer, no entanto, que o grande serviço prestado ao país com a eliminação da mentalidade presidiária do SAM e conseqüente adoção da filosofia educacional desta Fundação ainda é pouco, muito pouco, para o Brasil, consideradas a nossa geografia humana das faixas etárias mais baixas, nossas carências de toda ordem e a criminosa dimensão do tempo perdido. Cumpre-nos, a todos, reaver esse tempo, pois é preciso entender que o grau de desenvolvimento econômico de justiça social e de segurança pode ser medido pela proteção e pelo respeito que as crianças merecem em seu país [...]. Penso nas crianças de tudo precisadas; penso nos menores que, lá fora, sofrem, dos maiores, a crueldade, a exploração e a corrupção, e me revoltado ante as imagens da criança, mendiga, da inocência feita cúmplice e da pureza manchada no vício. E a saga de minha terra me vem como símbolo mesmo de todos os menores desamparados que em cada qual vejo um Negrinho do Pastoreio. Quisera vê-los, a todos, esses desamparados, não somente como aquele atirado, sangrando, num formigueiro, afilhado de Nossa Senhora, e que, aparecerem as coisas perdidas, surgindo à frente de fantasmática tropilha, diz-se fazer o milagre de aparecerem as coisas perdidas. Antes, quisera vê-los, como os filhos da afeição de todos nós, de braços dados os companheiros felizes de sua geração, e fazendo o milagre de aparecerem, afinal, os valores, ainda não de todo encontrados, de amor e compreensão pela criança (MÉDICI, 1970 apud BECHER, 2011, p.12).¹⁰

O Discurso acima proferido pelo General Médici na FUNABEM, em data comemorativa à semana da criança em 1970, evidencia a retórica amplamente usada na ditadura militar no que se refere às crianças ditas em “situação irregular”, de “reavê-las” – internando-as, para o seu “desenvolvimento” integral a fim de se ajustar ao desenvolvimento econômico de justiça social e de segurança do país.

Com o pressuposto da individualização do problema e a criminalização da pobreza em sua gênese e sob contexto de ditadura militar, a operacionalização da FUNABEM não foi diferente das políticas que se propôs superar.

A antiga prática do recolhimento de crianças das ruas foi intensificada, conforme atesta o Boletim Informativo da MUDES (n.8, Nov. 1972), citado pelo sociólogo e assessor da presidência da FUNABEM, José Arthur Rios, em palestra no Centro-Piloto. O objetivo da citação (reproduzida na revista da FUNABEM, *Brasil Jovem*) consistiu em ilustrar a dimensão do problema das crianças abandonadas nas ruas e a ação efetiva da FUNABEM, que de 1967 até junho de 1972, havia recolhido cerca de 53 mil crianças, a maioria

¹⁰Discurso proferido pelo General Médici na FUNABEM por ocasião da Semana da Criança, em 05 de outubro de 1970. Cf. FUNABEM, 1973: xxv-xxix.

procedente das favelas cariocas, do estado do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo (RIOS, 1974, p. 56-58 apud RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma, 2004, p.37) .

Com isso direciona as medidas de vigilância, guarda e repressão para as crianças das camadas populares, criminalizando suas estratégias de sobrevivência. Sob bases de uma doutrina de situação irregular, correção e repressão que é então promulgado o “novo” Código de Menores de 1979, prevista sua aplicação sob as diretrizes da Política Nacional de Bem-Estar do Menor.

Art. 1º Este Código dispõe sobre assistência, proteção e vigilância a menores: I - até dezoito anos de idade, que se encontrem em situação irregular; (...)

Art. 2º Para os efeitos deste Código, considera-se em situação irregular o menor: I - privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de: a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável; b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las; II - vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável; III - em perigo moral, devido a: a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes; b) exploração em atividade contrária aos bons costumes;

(...)

Art. 45. A autoridade judiciária poderá decretar a perda ou suspensão do pátrio poder e a destituição da tutela dos pais ou tutor que: I - derem causa a situação irregular do menor; II - descumprirem, sem justa causa, as obrigações previstas no art. 43 desta Lei. Parágrafo único - A perda ou a suspensão do pátrio poder não exonera os pais do dever de sustentar os filhos. (CÓDIGO DE MENORES, 1979)

A política da ditadura para a infância, com a internação em massa e a ausência de medidas efetivas para uma real proteção, acentuou a relação entre pobreza e criminalidade vista por parte das autoridades judiciárias e aumentou o abismo entre a desigualdade social e a garantia dos direitos sociais. A doutrina de situação irregular não foi exitosa em internar/institucionalizar para “reformatar” toda criança e adolescente que o Estado julgava estar em situação irregular. Não alterou a estrutura das desigualdades sociais que rebatia na criança e na/o adolescente em situação de vulnerabilidade social e nem lhes proporcionou qualquer tipo de cidadania.

Em coaduno a esse fracasso do código de menores o país vivenciava uma situação de crise econômica com altos índices de inflação, chegando em 110,2% em 1980 a 1.783% em 1989. Há uma inflexão política produzida através de um processo lento e gradual de liberalização do controle exercido pelo Estado e em 1984-85 a

população e os partidos de oposição saem às ruas intensificando as mobilizações pela redemocratização do país (FALEIROS, V., 2009).

Fruto dessa inflexão e abertura política, no ano seguinte em 1986, o Congresso Nacional funciona também como Assembleia Constituinte e diversos segmentos da sociedade civil como organizações populares, ONGs, entidades de assistência, de direitos humanos, setores da Igreja Católica, técnicos e profissionais do setor público e privado se articulam em torno dos direitos da criança, tendo destaque o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. São organizações populares, entidades e movimentos sociais que apresentam emendas para defesa dos direitos da criança e do adolescente refletidas nas discussões do cenário internacional e referenciadas nas Regras de Beijing (1985) que se atenta à necessidade de especialização das organizações que executam a lei e ao tratamento, principalmente o institucional, dado à infância e a juventude autora de ato infracional, visa garantir os direitos humanos nesse contexto. Referenciada também nas normativas em curso como as Diretrizes de Riad (1988) que versa sobre a prevenção da “delinquência juvenil” e por último na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (1989) que de forma mais ampla estabelece os direitos das crianças e das/os adolescentes como um todo (RIZZINI, Irene, 2009).

Como resultado dessa articulação política em volta da constituinte, os direitos da criança e do adolescente perpassaram diferentes áreas do processo de construção da Carta Magna e ficam bem estabelecidos nos artigos 227, 228 e 229 da Constituição de 1988 (FALEIROS, V., 2009).

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. [...]

Art. 228. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial.

Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade (Constituição Federal, 1988).

Com os avanços da Constituição de 1988, em 1990, é promulgado o ECA e revogado o Código de Menores de 1979. O ECA irá regular os artigos citados segundo

esse novo marco de proteção integral. Há então uma mudança de paradigma na legislação brasileira no que se refere ao Direito Juvenil. Se antes o Código de Menores era direcionado à/ao “menor” que se encontrava em situação irregular, tendo o Estado, por meio do Judiciário, uma atuação repressiva/assistencialista, preconizado pela Doutrina da Situação Irregular, agora o paradigma se referencia na Doutrina de Proteção Integral de prioridade e corresponsabilização da família, sociedade e Estado, resguardando sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e enquanto sujeito de direitos (IRIZZINI, Irene, 2009; SPOSATO, 2015). Não mais medidas de correção à/ao “menor irregular” superando então – na política em si - o termo menoridade, parte-se então de reconhecimento de direitos e medidas protetivas à todas as crianças, e adolescentes não condicionando sua classe ou situação de vulnerabilidade social.

Podemos elencar alguns principais pontos que marca essa mudança de paradigma, que irá refletir como diretriz em toda a política de atenção à infância e adolescência. Segundo Sposato, pode-se elencar seis aspectos principais:

a) reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos; b) institucionalização da participação comunitária por intermédio dos Conselhos de Direitos, com participação paritária e deliberativa para traçar as diretrizes das políticas de atenção direta à infância e juventude; c) hierarquização da função judicial, com a transferência de competência aos Conselhos Tutelares para agir diante da ameaça ou violação de direitos da criança no âmbito municipal; d) municipalização da política de atendimento; e) eliminação de internações não vinculadas ao cometimento – devidamente comprovado – de delitos ou contravenções; f) incorporação explícita de princípios constitucionais em casos de infração penal, prevendo-se a presença obrigatória de advogado e função do Ministério Público como de controle e contrapeso. (SPOSATO, 2015, p.175)

É importante destacar a relação intrínseca dos princípios do ECA com as legislações internacionais ratificada pelo Brasil, onde se consubstanciou a mudança de paradigma calcada na defesa dos direitos humanos.

Em 1989 foi proclamada a Convenção Internacional das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, no entanto o projeto inicial da convenção foi apresentado à Comissão de Direito Humanos da ONU em 1978, - razão pela qual ter influenciado nos debates de construção dos artigos 226, 227 e 228 da Constituição Federal de 1988 - tendo sido amplamente debatido na esfera internacional, por meio de sessões anuais

com representações dos Estados e diversas organizações internacionais¹¹ (ROSEMBERG; MARIANO, 2010).

A referida Convenção foi um marco por reconhecer às crianças e as/os adolescentes todos os direitos e todas as liberdades inscritas na Declaração de Direitos Humanos, reservados até então somente as/os adultos/os (ROSEMBERG; MARIANO, 2010).

Mas, contudo,

(...) reconhece, também, a especificidade da criança, adotando concepção próxima à do preâmbulo da Declaração dos Direitos da Criança de 1959: ‘a criança, em razão de sua falta de maturidade física e intelectual, precisa de uma proteção especial e de cuidados especiais, especialmente de proteção jurídica apropriada antes e depois do nascimento’ (ROSEMBERG; MARIANO, 2010, p.699).

O que será base para considerar a proteção integral e a sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento previsto no ECA, “Se os direitos de liberdade e participação são reconhecidos à criança devido à sua identidade com o ‘homem’, os direitos de proteção são devidos em razão da especificidade de ser criança” (ROSEMBERG; MARIANO, 2010, p.711).

Portanto, a partir da Declaração dos Direitos da Criança de 1959 e da Convenção Internacional das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança de 1989, uma série de outros tratados internacionais subsidiaram a construção de disposições específicas do ECA que abarcam diferentes realidades da infância e da adolescência, como por exemplo, as disposições referentes aos adolescentes e jovens autora de ato infracional.

A fim de materializar todas essas mudanças, fruto de um novo paradigma legal, articulada com o debate internacional sobre os direitos humanos, a lei nº 8069/90 – ECA -, que exige em sua normativa um tratamento prioritário às crianças e adolescentes, obriga então a um reordenamento do conjunto da política, da economia e da organização social, bem como a revisão de prioridades políticas e de investimento (GARCÍA, 1999, p.95).

¹¹ Organizações intergovernamentais – OIGs, Organizações internacionais não governamentais – Oings, Organização Internacional do Trabalho – OIT, Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – Acnur, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco, Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef, Organização Mundial da Saúde – OMS, Liga dos Estados Árabes e Organização dos Estados Americanos – OEA (ROSEMBERG; MARIANO, 2010).

Para isso o ECA prevê que “A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.” (ECA, Art. 86). Sendo necessário então uma nova gestão desses direitos, a partir do Estatuto, uma constituição e organização de um Sistema de Garantia de Direitos, assunto no qual trataremos no tópico a seguir.

1.2 Sistema de Garantia de Direitos, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e seus desafios.

A Constituição Federal de 1988 e o ECA ao enumerar direitos, estabelecer princípios e diretrizes da política de atendimento, definir competências e atribuições gerais e dispor sobre os procedimentos judiciais que atendam crianças e adolescentes, instalaram um sistema de “proteção geral de direitos” para que a implementação da Doutrina de Proteção Integral seja efetivada, por meio do denominado Sistema de Garantia de Direitos (SGD). O SGD apoia-se em três eixos de atuação: Promoção dos Direitos, Defesa dos Direitos Humanos e Controle Social¹².

A Promoção dos Direitos, indicada no Estatuto, tem como principais atores os Conselhos de Direitos, que visa uma atuação genérica e abrangente na elaboração de políticas públicas com linhas de atuação já definidas pelo ECA. O Estado por sua vez, além de reconhecer os direitos fundamentais, para que se efetive boa parte deles, deverá ter uma ação positiva-propositiva no sentido de promover, criar condições ao acesso à esses direitos por meio dessas políticas públicas, elaboradas com participação governamental e da sociedade civil (PORTO, 1999).

A Defesa dos Direitos Humanos é o eixo do SGD que reúne as principais mudanças revogadas do Código de Menores, pois é o eixo que atua em casos concretos de violação de direitos. Seu objetivo específico é “a responsabilização do Estado, da Sociedade e da Família, pelo não atendimento, atendimento irregular ou violação dos direitos individuais ou coletivos das crianças e dos adolescentes” (GARCIA, 1999, p.98).

As entidades e órgãos que compõe o eixo da defesa são: conselho tutelar, centros de defesa, órgãos da segurança pública, ministério público, poder judiciário e defensoria pública. Tais entidades e órgãos devem atuar de forma articulada com dois objetivos

¹² Neste tópico o termo controle social se refere aos espaços de atuação da sociedade civil: organizações e articulações representativas.

principais: fazer cessar a violação com encaminhamento de uma solução e responsabilizar o/a autor/a da violação com possível reparação do dano e quando necessário aplicar sanções, o que pode incluir as/os próprias/os adolescentes (PORTO, 1999). Sobre a responsabilização da/o própria/o adolescente, denominada medida socioeducativa, será abordado logo a diante.

A sociedade civil organizada é um dos atores do SGD que está presente em todos os eixos já citados, mas é no Controle Social que sua atuação é de forma exclusiva. A sua função é de retaguarda política, principalmente dos Conselhos de Direitos, e sua atuação, articulada em fóruns, é centrada em dois aspectos principais: cobrança do funcionamento do sistema e formulação de propostas que devem ser levada aos espaços mistos de atuação da sociedade civil (PORTO, 1999).

Sob esses três eixos (Promoção, Defesa e Controle Social) existem subsistemas que tratam de forma ordenada situações peculiares que regem, por exemplo, as políticas de proteção especial e de justiça voltados ao atendimento de crianças e adolescentes. É onde se insere o atendimento ao adolescente autor/a de ato infracional, sendo esse subsistema citado o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), tendo interface e sofrendo interferência dos demais subsistemas internos ao SGD. É então, “o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo” que atua desde o processo de apuração do ato infracional até a execução da medida socioeducativa e se orienta pelas normativas nacionais (Constituição Federal de 1988 e o ECA) e internacionais¹³ das quais o Brasil é signatário (CONANDA, 2006, p.22)

No entanto, assim como todo o conjunto da política de atendimento à infância e adolescência, as medidas socioeducativas tem sua gênese no modelo correccional-repressivo do revogado Código de Menores (1979). As medidas de proteção e de restrição de direitos estavam dispostas sob o mesmo parâmetro de “Medidas Aplicáveis ao Menor”, não se separava as medidas de proteção¹⁴ das medidas socioeducativas. Com o ECA, divide-se medidas protetivas das medidas socioeducativas, e essas além de proteger, também tem a função de responsabilização

¹³ Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança, Sistema Global e Sistema Interamericano dos Direitos Humanos: Regras Mínimas das Nações Unidas para Administração da Justiça Juvenil – Regras de Beijing – Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade.

¹⁴ Com o ECA, as crianças e adolescentes que tiverem seus direitos ameaçados ou violados, são aplicáveis medidas de promoção e garantia de direitos, o que implica não restrição de direitos. Incluem-se também, as crianças autoras de atos infracionais, que não deve de forma alguma ter caráter punitivo.

pelo ato infracional cometido pela/pelo adolescente, com medidas que restringem alguns direitos, como por exemplo, a medida de internação, que suspende o direito fundamental de ir e vir (PORTO, 1999).

As principais mudanças nas medidas socioeducativas são em seus princípios fundamentais, que por restringirem direitos, só podem ser aplicadas com o devido processo legal, o direito ao contraditório e a garantia de ampla defesa, direitos antes assegurados somente aos adultos. Anteriormente ao ECA as/os adolescentes autoras/es de atos infracionais ou em “situação irregular”- segundo o entendimento do Código de Menores – tinham as sanções e internações aplicadas sem o devido processo legal, sem direito à defesa e sem necessidade de provar que a criança ou adolescente era autor/a de algum delito (PORTO, 1999).

De acordo com o ECA e com a lei nº 12.594/2012 que regulamenta o SINASE, as medidas socioeducativas são (1) advertência: é a única medida socioeducativa que não restringe direitos, se esgota nela mesma e implica em um ato processual, solene, registrado, reduzida a termo e assinada; (2) obrigação de reparar o dano: deve ocorrer dentro das possibilidades da/o adolescente com a finalidade de compensar o prejuízo; (3) prestação de serviço à comunidade: em entidade ou órgãos que não tenha caráter lucrativo, não excederá a seis meses, jornada máxima de oito horas semanais, sem prejudicar à frequência escolar; (4) liberdade assistida: tem-se a liberdade sob um processo de orientação e acompanhamento de sua família, escola, trabalho, profissionalização e comunidade; (5) semiliberdade: tem-se a privação de liberdade durante a noite, finais de semana e nos feriados, sendo os dias úteis liberados para estudar e trabalhar e (6) internação: medida privativa de liberdade, atenderá principalmente aos princípios da brevidade, da excepcionalidade e do respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento da/o adolescente, não poderá exceder a três anos, devendo sua manutenção ser reavaliada a cada seis meses, em nenhuma hipótese haverá incomunicabilidade, em nenhuma hipótese será aplicada a internação, havendo outra medida adequada. (PORTO, 1999; BRASIL, 1990; BRASIL, 2012).

Essa dupla dimensão presente nas medidas de restrição de liberdade, pedagógico e sancionatório, levanta alguns debates sobre a existência ou não de uma

ressocialização por meio da socioeducação, mesmo as normativas resguardando que o sentido pedagógico deva prevalecer.

Segundo Machado (2016), a socioeducação na medida de restrição de liberdade funciona como uma estratégia retórica de manipulação do poder punitivo, que mesmo a teleologia da medida socioeducativa de internação sendo uma educação voltada à emancipação da/o adolescente, entre outras finalidades, conscientizar sobre os valores sociais, sendo que seu “objetivo implica confiança no adolescente, protagonismo, inclusive político, de defesa de direitos, acesso a informações, etc.” (MACHADO, 2016, p.553), indaga-se

Como compatibilizar essa pretensão ao confinamento? Cujo pressuposto é a grade que simboliza exatamente a ausência de confiança. Não é possível, portanto, admitir, ainda que teoricamente, que a socioeducação seja capaz de emancipar o adolescente, trazendo-o para a vida na coletividade transformado de seus valores, internalizando a cultura social (MACHADO, 2016, p. 553).

Tal questionamento vem de encontro com a realidade das unidades de internação, onde na prática prevalece ainda o modelo correccional-repressivo protagonizado principalmente pelas/os agentes públicos, operadores da lei. Mesmo não sendo o foco deste presente trabalho, no intuito de suscitar o debate, é colocado a seguinte reflexão: é possível atingir uma socioeducação com a vistas à ressocialização, nos marcos de uma educação neoliberal? Que mesmo tendo conquistado nos marcos legais, a mudança de paradigma para a Proteção Integral, há a normatização da punição como parte de uma medida ressocializadora. E que mesmo garantido em lei o sentido pedagógico sobre o sancionatório, como garantir que os operadores da lei não subverta tal lógica?

A partir do histórico de atendimento e dos seus desafios na atualidade, discutiremos no próximo tópico a questão da Redução da Maioridade Penal, pois interfere diretamente no marco legal da Proteção Integral, sendo hoje colocada por meio de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) de nº171/1993 discutida nas esferas legislativas do Estado brasileiro.

1.3 Redução da Maioridade Penal

Apesar das estatísticas atuais evidenciarem, conforme já citado, que o principal delito cometido pelas/os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa é roubo (44,41%), depois tráfico de drogas (24,24%) e que os atos infracionais análogos a

crimes contra a pessoa e que requer uso de violência somam no total somente 16,34% (SINASE, 2014), existe uma Proposta de Emenda a Constituição (PEC) de nº171/1993 que prevê a redução da maioridade penal sob principal justificativa de aumento da participação de adolescentes e jovens em crimes considerados graves e hediondos. A dificuldade de entender que a inimputabilidade dessas/es adolescentes não significa uma impunidade, contribui para os argumentos em defesa da redução da maioridade penal somado ao discurso do aumento da participação em crimes graves, as/os colocando como jovens perigosas/os, violentas/os e homicidas, quando as estatísticas mostram o contrário.

O que ocorre é o desconhecimento do SINASE, do ECA, dos tratados e acordos internacionais ratificados pelo Brasil, onde há a responsabilização dos atos infracionais cometidos pelas/os adolescente e pelas/os jovens, no entanto, considera-se sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, o que traz medidas que distanciam do cárcere.

De maioria negra (55,77%), segundo o levantamento anual SINASE 2014, o perfil das/os adolescentes em medida socioeducativa de internação repete o mesmo perfil da massa carcerária no Brasil, jovens negras/os e sem acesso aos direitos básicos. Assim como mostra os dados do Levantamento do SINASE 2013¹⁵, em relação à defasagem e evasão escolar, a maioria das/os adolescentes entre 16 e 17 anos tinha sua escolaridade somente até o ensino fundamental (86%), ou seja, já estavam em defasagem escolar antes mesmo ao cometimento do ato infracional. Segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN - JUNHO 2014) 56% da população prisional são compostas por jovens entre 18 e 29 anos (faixa etária considerada jovem de acordo com o Estatuto da Juventude), a porcentagem de pessoas negras no sistema prisional é de 67% e oito em cada dez pessoas presas estudaram, no máximo, até o ensino fundamental (53%).

Percebe-se um problema estrutural em nossa sociedade, que pela realidade ineficaz do sistema penitenciário, conclui-se que encarcerar não resolve a questão da criminalidade no país, que o problema está anterior ao ato infracional, dentre eles a destituição de direitos básicos à população negra das camadas populares, igualmente contribuinte dos impostos que subsidia os serviços básicos, bem como uma tendência classista e racista que encarcera pobres e negras/os por tempo indeterminado, segundo a

¹⁵ O levantamento Anual SINASE 2014 não coletou informações sobre escolaridade, por este motivo se usa a última publicação que considera estes dados.

pesquisa do Infopen (2014) 41% das pessoas privadas de liberdade estão ainda sem julgamento, a mesma proporção de pessoas em regime fechado. A redução da maioria penal representa o não diálogo com a realidade desses dados expostos, o retrocesso de toda uma articulação nacional e internacional sobre o entendimento dos desdobramentos do ato infracional na infância e na adolescência.

Com uma possível aprovação da PEC nº171/1993 retornaremos a realidade da década de 1964, onde em meados de ditadura foi criado a FEBEM calcada na doutrina da situação irregular onde se encarcerava em massa adolescentes e jovens, predominando o modelo correccional-repressivo, modelo este já superado nos marcos legais de nossa sociedade, porém ainda presente no discurso conservador que ampara a discussão da aprovação da PEC. Percebe-se que o ano de criação da referida PEC é somente três anos após a criação do ECA, espaço temporal insuficiente até mesmo para produzir indicadores sobre os crimes e sobre o processo socioeducativo. Neste sentido, verifica-se que a questão de fundo é baseada no conservadorismo e no entendimento de que há uma classe eminentemente e naturalmente “perigosa”, como já citado, “em perigo de o ser”.

No sentido de avançar no debate e análise de soluções, com a aprovação da PEC nº171/1993 estaremos indo na contramão ao caminhar da história brasileira, estaremos ignorando 27 anos de esforços para a mudança cultural e política de nossa sociedade em relação aos adolescentes autores/as de ato infracional, debatidos nacionalmente e internacionalmente e materializados legalmente no ECA e posteriormente em toda normativa legal que trata da criança e da/o adolescente.

A PEC nº171/1993 foi aprovada, em segundo turno, no dia 19/08/2015 pela Câmara dos Deputados. Segundo informações coletadas no site da Câmara das/os Deputadas/os, a PEC para ser aprovada precisava de 308 votos (3/5 das/os deputadas/os), foi aprovada com 320 votos a favor, 152 contra e 1 abstenção de um total de 473 deputadas/os. Sem nenhum diálogo e debate com a sociedade civil e entidades representativas, a aprovação desta ementa agora segue para o Senado Federal onde aguarda sua apreciação.

A situação atual do Brasil, em crise financeira e crise política, favorece a aprovação da PEC nº171/1993 no Senado, pelo discurso conservador presente no Congresso Nacional, que se apropria do momento em crise para convencer a população de que temos que resolver a qualquer custo os problemas do país, frear a “onda” de violência, em um discurso de “segurança nacional” para que assim ele possa avançar e

sair da crise, discurso este similar à ditadura militar, ainda sem diálogo com a sociedade civil e as entidades.

A mobilização e resistência, tanto da sociedade civil, quanto das entidades representativas dos direitos das crianças e das/os adolescentes, crucial no momento de elaboração do ECA em 1993, se faz necessário para ampliar o debate sobre os retrocessos e suas implicações se aprovado a redução da maioridade penal para 16 anos. Faz-se necessário o enfrentamento da realidade inócua e falida do sistema penal, enquanto segurança pública e reinserção dessas/es jovens, debatendo as causas e não somente as consequências da criminalidade infantojuvenil e desmitificar o cárcere enquanto solução do problema da violência no país.

No capítulo a seguir iremos abordar conceitos de gênero e raça e o perfil das adolescentes autora de ato infracional no Brasil, com isso poderemos analisar que o ponto de partida para o enfrentamento da criminalidade infantojuvenil, deve estar alicerçado primeiro nas causas históricas e atuais dessa parcela da juventude.

Capítulo 2

JOVENS NEGRAS, MACHISMO, RACISMO E "ENCARCERAMENTO"

Neste capítulo iremos abordar os estudos de gênero e raça, para subsidiar a análise de como a cultura masculina, patriarcal e racista é construída. Partiremos então para a análise dos seus rebatimentos na vida em sociedade, a fim de entender como incide no sistema penal, reverberado no sistema socioeducativo. Iremos tratar sobre o perfil das adolescentes e jovens em medidas socioeducativas no Brasil e das garantias nacionais e internacionais que perpassa a questão de gênero na execução das medidas socioeducativas. Para que, então, possamos compreender a necessidade de políticas públicas específicas para esse segmento dentro do sistema socioeducativo.

2.1 Estudos de Gênero e Raça

2.1.1 Gênero

O conceito de gênero tem suas variações e disputas ao longo das construções sóciohistóricas, dependendo de quem a conceitua e as relações sociais que as influencia. No entanto, Gayle Rubin (1986), antropóloga, pioneira na definição de gênero para além do que é dito masculino ou feminino, foi quem abriu horizontes e influenciou amplamente conceituações de autoras feministas posteriores, mesmo em concepções distintas. Sua perspectiva antropológica partiu de uma definição que chamou de “sistema sexo/gênero”,

He llamado a esa parte de la vida social el ‘sistema de sexo/género’ es el conjunto de disposiciones por el que una sociedad transforma la sexualidad biológica en productos de la actividad humana, y en cual se satisfacen esas necesidades humanas transformadas. (RUBIN, 1986, p.97)

Rubin (1986) isola o sexo biológico enquanto “matéria-prima”, como algo que é natural, que existe sem influências, que somente o é. E gênero como produto social aberto a mudanças históricas. Define esse conceito de “sistema sexo/gênero” como neutro, o que acaba servindo para objetivos distintos para qual atendia originariamente. Ao isolar o sexo biológico do gênero a antropóloga constrói uma narrativa em que pretende desnaturalizar a opressão definida sobre um determinado sexo, pura e simplesmente, retirando a inevitabilidade, ficando somente o gênero aberto a influências socioculturais. Segundo Rubin (1986) “se empieza a vislumbrar um aparato social

sistemático que emplea mujeres como materia prima y modela mujeres domesticadas como producto”.

Por outro lado a autora Joan Scott (1995) coloca o fenômeno **poder** no centro da organização de conceito de gênero, considerando gênero como uma categoria analítica. Que ao analisar as diferenças sexuais, existe uma hierarquização, regulada pelo poder, feitas por significados e símbolos, culturalmente construídos. O gênero enquanto categoria analítica considera significados e símbolos específicos, construídos culturalmente e de forma hierarquizada, respectivamente em masculino e feminino, não sendo uma categoria fixa.

Heleieth Saffioti (2004), socióloga brasileira, afirma que não existe a neutralidade no conceito de gênero nem há uma dissociabilidade com o sexo (“sistema sexo/gênero”), mas um vínculo orgânico entre eles. Para Saffioti (2004) “O ser humano deve ser visto como uma totalidade, na medida em que é uno e indivisível”. Traz à tona considerações sobre o patriarcado nas relações reguladas pelo gênero.

O patriarcado refere-se a milênios da história mais próxima, nos quais se implantou uma hierarquia entre homens e mulheres, com primazia masculina. Tratar essa realidade em termos exclusivamente do conceito de gênero distrai a atenção do poder do patriarca, em especial como homem/marido, ‘neutralizando’ a exploração-dominância masculina. (SAFFIOTI, 2004, p. 136)

Então, não (re)conceitua a noção de gênero, mas tece algumas críticas aliada a noção central de patriarcado, reivindicando-o como pilar nas construções de gênero.

Discorre que a sexualidade tem suas práticas variadas, não significando somente a heterossexualidade, mas que isso não impede de existir imagens diferentes do feminino e do masculino (SAFIOTTI, 2004). Entende-se que é o patriarcado que abarca essas diferenciações culturais, hierarquizadas, reguladas pelo poder masculino.

O patriarcado tem na figura masculina o *patriarca*, que se materializa no pai/marido, que detém o controle sobre a mulher, filhas/os e empregadas/os, necessitando assim da instituição familiar tradicional burguesa para se perpetuar.

A construção social do gênero no patriarcado se estabelece então como eixo estruturante das desigualdades sociais, que se materializa na divisão de papéis pela dicotomia masculino x feminino. Que se configura na divisão sexista, em que o homem em seu poder de patriarca domina, controla e provê materialmente, e o que a mulher na função de reprodutora, acatando esse poder, logo subjugada, deverá realizar para contribuir na manutenção dessa harmonia familiar e social.

A divisão de papéis se dá primeiramente pela divisão sócio sexual, entre público e privado. Ficando a cargo do homem o trabalho remunerado em sociedade para provimento do lar e a mulher a prioridade do trabalho doméstico não remunerado e cuidados das filhas/os e na maioria das vezes acumulando jornadas de trabalho fora do ambiente familiar, não sendo este último um trabalho que requer atenção e prioridade. Já se constitui aqui uma divisão social e sexual do trabalho de acordo com o gênero.

Com a divisão de papéis sexistas nos espaços públicos e privados onde transitam determinados gêneros, construíram-se de forma estigmatizante algumas características, “A estereotipia correspondente para o desempenho deste papel (trabalhador e agente que circula e interage no espaço público) é simbolizada no homem racional-ativo-forte-potente-guerreiro-viril-público-possuidor” (ANDRADE, 2012, p. 141) e ainda “A mulher é então construída *femininamente* como uma criatura emocional-subjetiva-passiva-frágil-impotente-pacífica-recatada-doméstica-possuída.” (ANDRADE, 2012, p. 142).

Essa divisão de papéis é estereotipada de forma sexista, heteronormativa, racista e machista, produzida e reproduzida em sociedade, por meio principalmente, mas não única, da instituição familiar em seus valores e costumes. Logo, seus símbolos e significados repercutem tanto na esfera privada que é as relações familiares e conjugais, quanto na esfera pública que é o trabalho e o lugar em sociedade e suas relações. Dá-se, portanto, pela hierarquia entre os gêneros, com poder concentrado no sexo masculino, tendo rebatimentos até os dias de hoje do que se espera minimamente de uma mulher de “bem”: reproduzir, cuidar da casa e das/os filhas/os, e do homem responsável, por trabalhar e prover a família.

Perpetua-se assim o poder financeiro e moral do masculino no lar e nos espaços públicos, respaldado socialmente pelas instituições e normas que corroboram com esses valores, não os questionando, causando desigualdades e vulnerabilidades sociais que se materializam na violência de gênero, como afirma Saffioti (2004).

Da perspectiva aqui assumida, o gênero é constitutivo das relações sociais, como afirma Scott (1983, 1988), da mesma forma que a violência é constitutiva das relações entre homens e mulheres, na fase histórica da ordem patriarcal de gênero (SAFIOTTI, 2001), ainda em curso. Na ordem falocrática, o gênero, informado pelas desigualdades sociais, pela hierarquização entre as duas categorias de sexo e até pela lógica da complementaridade (BADINTER, 1986), traz a violência em seu cerne. (SAFFIOTI, 2004, p. 137).

Dessa forma, ao se analisar as construções sociais de gênero pautada na circulação e vivência de espaços pré-determinados, as crianças, adolescentes e jovens reproduzem tal ordem ancorado na educação sexista do que é “ser/para menino” e “ser/para menina”. Ficando relegado, na maioria das vezes, para as meninas/mulheres “emocional-subjetiva-passiva-frágil-impotente-pacífica-recatada-doméstica-possuída” (ANDRADE, 2012, p.142) o ambiente doméstico como local seguro e de organização e para os meninos/homens a livre circulação nas ruas e ambientes públicos, onde na sua condição de sexo masculino “racional-ativo-forte-potente-guerreiro-viril-público-possuidor” (ANDRADE, 2012, p.141) deverá fazer sua própria proteção e também proteção e controle das eventuais garotas que ali estiverem.

Para subsidiar o entendimento da análise da questão de gênero nos processos das relações institucionais frente às adolescentes e jovens em medidas socioeducativas – principalmente seu viés correcional-repressivo, serão considerados os estudos da Criminologia Feminista no âmbito da ciência criminológica, perspectiva de análise que problematiza a visão androcêntrica da criminalidade, do controle social e penal.

Andrade (2012) coloca que na década de 1960, no âmbito das discussões da ciência da criminologia, há a passagem de um paradigma criminológico etiológico centrado na abordagem do crime e no criminoso (Criminologia Tradicional) para um paradigma que se volta para a investigação do controle social e penal, que aborda a violência institucional e não individual.

No primeiro grupo se encaixariam criminólogos e criminólogas que trabalharam (e trabalham) sob a orientação do marco conceitual tradicional e cujos estudos sobre a mulher criminosa foram guiados pela visão androcêntrica da criminalidade, isto é, que toma como referência sua função reprodutiva na prática de condutas como o aborto, o infanticídio e a prostituição, com o desvio acentuado pela não-adequação a esses papéis (ESPINOZA, 2004, p.71)

Segundo Andrade, em contínuo acúmulo, na década de 1970 surge, dentre outras, a chamada Criminologia crítica que trará para o sistema penal uma interpretação macrossociológica, nos marcos das categorias capitalismo e classes sociais. Essa crítica criminológica coloca o próprio sistema penal e seus mecanismos institucionais de criminalização como foco de investigação. Nesse mesmo processo há o desenvolvimento feminista deste paradigma, chamado então de Criminologia Feminista, tendo o sistema penal também uma interpretação sob os marcos das categorias patriarcado e gênero “isto é, a disciplina que, sob uma perspectiva crítica, examina a função da estrutura prisional na vida dos sujeitos, tomando como referência as relações de gênero que a compõem” (ESPINOZA, 2003, p.81).

Entende-se que o sistema penal, regida por leis que se baseiam e se entrelaçam sob as normas da sociedade como todo um todo, incluindo as normas de gênero socialmente construídas, contribui em determinada medida para a manutenção de normas sexistas, machistas, misóginas, racistas e heteronormativas. Assim como, sustenta historicamente estereótipos associados à mulher criminosa sob o prisma do universo masculino.

Por ela ser mãe e esposa, é alvo de especial deferência da lei masculina, e por ser ela um fato doméstico, encontra pouca oportunidade de agir criminalmente. Assim, sua condição feminina age duplamente no sentido de garantir sua inocência e 'santidade' (FARIA, 2010, p.6071)

E assim, no momento em que transgredir esse lugar doméstico e os estereótipos que o carrega, encontra julgamentos, normas e ordens que tenta (re)colocar neste lugar doméstico, que deve ser preservado de toda má sorte, assim como o seu papel de mulher “inocente”, “doce”, “mãe”, “educadora” e “esposa”.

O olhar à transgressão feminina que perpassa também à sua condição de mulher, com a mudança na conduta delitiva, os crimes cometidos por elas não mais se enquadram “nos denominados ‘delitos femininos’– infanticídio, aborto, homicídio passional-, pois se deu um incremento nos índices de condenação por crimes de tráfico de entorpecentes, roubos, sequestros, homicídios, entre outros” (ESPINOZA, 2003, p.126).

As condutas delitivas, que colocou a mulher como sujeito ativo, adquiriu característica desvinculada da categoria gênero (ESPINOZA, 2003), transgredindo em meio ao próprio crime. O sistema penal e os operadores das leis, imbuído das construções de gênero, somado a tutela destinada à visão da infância e da adolescência

ao que se refere às transgressoras da lei, que não atendem ao padrão de dóceis, sensíveis e que socialmente seriam menos capazes de roubar, traficar e matar, as configura com um desvio de conduta duplamente reprovável ao que se costuma ver em comportamentos esperados para o sexo masculino, como a força, a agressividade e a violência na resolutividade de conflitos (BRITO, 2007).

O gênero como um dado “fragilizador” na concepção machista e transgressor no caso das adolescentes e jovens autoras de ato infracional quando combinado com o dado racial se constitui em um eixo estruturante - alvo de estigmas e violências legitimados pela condição da transgressão. Iremos então abordar no tópico a seguir, a questão racial para entendermos como a categoria raça se apresenta de forma estrutural e não ocasional.

2.1.2 Raça

Assim como gênero, raça, em termos epistemológicos é fruto das construções históricas, políticas e sociais. O conceito de raça teve inicialmente sua definição baseada em argumentos biológicos que naturalizava a superioridade e a inferioridade entre “raças”. Embora atualmente a Sociologia e a Antropologia tenha superado essa abordagem, por não ter de fato uma comprovação biológica de tal superioridade, o Movimento Negro e setores da Academia usam o termo *raça* como conceito social e político para falar das relações sociais entre negras/os e brancas/os no Brasil, distanciando-se do conceito biológico (GOMES, 2005).

Nesse contexto, podemos compreender que as *raças* são, na realidade, construções sociais, políticas e culturais produzidas nas relações sociais e de poder ao longo do processo histórico. Não significam, de forma alguma, um dado da natureza. É no contexto da cultura que nós aprendemos a enxergar as *raças*. Isso significa que aprendemos a ver brancas/os e negras/os como diferentes na forma como somos educados e socializados a ponto de essas ditas diferenças serem introjetadas em nossa forma de ser e ver o outro, na nossa subjetividade, nas relações sociais mais amplas (GOMES, 2005, p. 49).

Entende-se que, mesmo não havendo mais a legitimidade da naturalização biológica para explicar como se dá a superioridade entre *raças*, no meio social ela ainda é efetiva e materializada como classificação social negativa de determinados grupos e indivíduos (GOMES, 2005). Dessa forma, Gomes (2005) coloca que o racismo brasileiro se dá nas relações sociais fundamentalmente por características físicas como

cor da pele, formato do nariz e boca, tipos de cabelo e em sequência a discriminação cultural, pois, segundo o pensamento racista, “coisa de preta/o” não tem valor, é ruim e de má conduta (BENTES, 1993).

Partindo da análise de que raça é uma construção social, política e cultural Gomes (2005) coloca que aprendemos a perceber as diferenças em nossa sociedade de modo a comparar e classificar, e mais ainda, a hierarquizar tais diferenças, sejam elas sociais, raciais ou de gênero. Contribuindo então para uma desigualdade supostamente natural, mas que são permeadas por relações de poder.

O Brasil teve em sua formação econômica e social uma estrutura racista baseada no período escravocrata, pelo tráfico da população negra africana, “O Brasil foi o último país do mundo a abolir a escravidão e o penúltimo a interromper o tráfico de seres humanos. Foi também o que mais recebeu escravos entre todos os países das Américas do Norte, do Sul e Central.” (RUFINO, 2003, p. 29).

Após a Lei Áurea (1888), onde se substituiu a mão de obra escravizada da população negra pela mão de obra remunerada da população branca, houve uma omissão por parte do Estado onde não se destinou nenhuma política pública de inclusão da população negra ora antes escravizada, mas sim o isolamento e o despejo, tendo rebatimentos negativos na relação e inserção social e econômica da população negra até os dias de hoje: “Fomos os primeiros sexagenários colocados na rua, as primeiras crianças de rua e, na virada do milênio, ainda temos nossa cor associada à marginalidade, ao banditismo.” (RUFINO, 2003, p. 29)

A pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), “Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça no Brasil – 1995 a 2015” (2017), aponta índices de desigualdade racial em diversos âmbitos da vida em sociedade. Um exemplo, entre os demais índices, é em relação ao mercado de trabalho. A pesquisa revela que, em 2015, a taxa de desocupação (desempregadas/os em busca de empregos) dos homens negros (8,5%) é superior que os homens brancos (6,8%), estando a mulher negra acima de todos eles ocupando o pior índice (13,3%), o que evidencia de forma sobreposta a questão de gênero e raça.

Mesmo alguns dados demonstrando a desigualdade racial presente na realidade concreta, a sociedade brasileira construiu um discurso ideológico forjado em um processo histórico, político e cultural, que narra uma harmonia racial entre negras/os e brancas/os resultando em uma suposta democracia racial.

O mito da democracia racial pode ser compreendido, então, como uma corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancas/os e negras/os no Brasil como fruto do racismo, afirmando que existe entre esses dois grupos raciais uma situação de igualdade de oportunidade e de tratamento (GOMES, 2005, p.57).

A visão romantizada da mestiçagem brasileira, que seria o produto de uma bem sucedida democracia racial, é perversa na medida em que contribui na perpetuação de uma aparente meritocracia, cujo discurso consiste na afirmação de que havendo tal igualdade formal - de forma individual, os desiguais socialmente e economicamente o são, por incapacidade própria e não fruto de relações estruturadas na discriminação racial. E ainda, cristaliza “estereótipos, preconceitos e discriminações construídos sobre esse grupo racial” (GOMES, 2005, p.57) e contribui no respaldo de um não posicionamento político por parte do Estado contra o racismo. Naturaliza assim, o empobrecimento e a criminalização da população negra, principalmente quando esta se encontra na condição de autora de ato infracional.

Dentre várias formas de estratégia de sobrevivência em meio à destituição de direitos e negação de subjetividades, a resistência é um pilar que sustenta várias formas de ação, individual ou coletiva. No tópico a seguir será abordado uma parte do histórico de lutas da sociedade civil a partir da realidade, com vistas à construção da equidade de gênero e raça. Com isso não se entende que a questão de gênero e raça está anterior a questão de classe na constituição de desigualdades na formação da sociedade brasileira, mas que estão imbricados, inerentes no processo de subalternização de determinados segmentos da população, com domínio de uma hegemonia branca e patriarcal.

2.2 Construções da equidade de gênero e raça na vida em sociedade

A discussão de gênero, sexo e patriarcado na academia se deu de forma majoritária entre mulheres brancas, intelectuais e de classe média alta. Não difere muito da maioria das mulheres que protagonizaram o “feminismo de rua”, o movimento de mulheres. Isso não diminui a importância que esse movimento social teve na luta por direitos e no acúmulo para a garantia dos direitos das mulheres na atualidade, mas não abarca de forma sistemática as especificidades da realidade da mulher negra, indígena e de classes empobrecidas no Brasil.

Além do silenciamento nos registros sobre as participações pontuais das mulheres nas inconfiências, balaiadas e revoltas brasileiras, há publicações que nos relata a história dos movimentos de mulheres pioneiras no Brasil. Da luta pelo direito de

mulheres e homens negros viver em liberdade desencadeou timidamente a luta pelo direito ao voto feminino baseados em ideais republicanos. Mas, somente na década de 1920, que o movimento foi expressivo no foco do direito de votar e ser votada, fase histórica chamada de *Sufrágio Feminino* (BANDEIRA; MELO, 2010).

Pinto (2003) ressalta que eram novamente mulheres intelectuais, brancas, da elite brasileira que reivindicavam o direito ao voto, mas sem questionar as relações de gênero e as estruturas patriarcais e racistas. Tinha um grande viés personalista, na figura de Bertha Lutz¹⁶, que com suas condições sociais e de formação intelectual, mas não isenta de sofrer o machismo e sexismo da época, conseguia romper com os papéis de gênero estabelecidos e se incidir no espaço público na defesa de novos direitos para as mulheres. Contudo, somente em 1932 que o voto feminino foi instituído no Brasil, torna-se obrigatório somente em 1946 e as analfabetas e os analfabetos só tiveram esse direito garantido em 1988 (PINTO, 2003).

O movimento de mulheres no Brasil só tomou corpo novamente nos anos 60 e 70, período que antecedeu e se estabeleceu a ditadura militar. Frente às organizações de esquerda, onde as ideias de Simone de Beauvoir (1910-1986) com o livro “O Segundo Sexo”, foi amplamente difundido, as mulheres nessa época denunciavam a opressão sexista, dentro e fora do movimento contra a ditadura, contra a violência sexual e pelo direito ao prazer. Com discurso que incidia nas estruturas patriarcais e encontrava resistência, inclusive, dentre os companheiros de esquerda, a luta feminista era encarada como um desvio “pequeno-burguês”, que somente a luta de classes era o central e que as lutas feministas nada ajudava para o fim da ditadura no Brasil, secundarizava assim as pautas das mulheres (PINTO, 2003).

A década de 1980 foi sem dúvidas um momento de grandes conquistas do movimento feminista. Neste momento político do Brasil o movimento feminista alcança tanto um salto qualitativo do debate sobre a realidade concreta das mulheres, quanto na apropriação de espaços públicos da esfera estatal. Com isso, é também neste momento político que se desenvolve a partidarização e a institucionalização do movimento feminista, momento em que se insere na luta feminista muitas mulheres com referência em ideias partidária e alcance das pautas feministas na esfera estatal. Fato que gerou uma divisão dentro do movimento, onde as autonomistas, mulheres militantes sem

16 Bertha Maria Julia Lutz (1894-1976) é considerada uma das pioneiras no feminismo brasileiro pela articulação política na luta pelo direito ao voto feminino.

referência partidária, se posicionavam contra essa institucionalização, apontando uma possível cooptação do movimento social (PINTO, 2003).

Dois temas específicos da agenda feminista tiveram significativos avanços: saúde e violência contra a mulher. No âmbito da saúde podemos destacar dois níveis de organização, o primeiro é a criação de grupos que elaboraram formas de atendimento alternativo à mulher, que realizava uma espécie de assistência para as mulheres de classes populares. O segundo nível de organização com foco na saúde foi à intervenção qualificada na elaboração do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher – PAISM, implementado pelo Ministério da Saúde em 1983. Se antes, na esfera do Estado, a atenção à saúde da mulher era vista somente no momento de reprodução/maternidade, com o PAISM se destinou políticas a todas as fases da vida da mulher, não centrando somente no biológico, mas também nas condições sociais (PINTO, 2003, p.84).

O outro tema foi a questão da violência contra a mulher, pauta que abarca todas as classes sociais e tem seu histórico relegado à esfera privada. A luta por parte do movimento feminista contra a violência doméstica e sexual resultou no deslocamento da dimensão privada para a pública, o que fez com que o Estado tenha introduzido organismos de proteção e iniciativas que efetivasse políticas públicas para esse tema. Um marco foi a instituição, em 1985, de Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher – DEAM e abrigos institucionais de proteção para mulheres (CARNEIRO, 2003, p.117).

A articulação do discurso dos direitos da mulher em instituições governamentais, que prestam serviço no momento em que as mulheres se encontram em situação de violência, além de garantir que cesse a violência contra a mulher, vem na perspectiva de que ao procurar os seus direitos ela não sofra outros tipos de violências¹⁷– como a psicológica, muitas vezes sendo elas vitimizadas ou desacreditadas pelos operadores da lei.

Toda essa mobilização ao discurso dos direitos da mulher frente a esfera estatal, também resultou, em 1985, entre outras conquistas, a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), junto ao Ministério da Justiça com orçamento próprio. O saldo político bem-sucedido, protagonizado pelo CNDM, foi uma intervenção qualificada e organizada junto à Assembleia Nacional Constituinte. Com presença

17 “A violência, além de física, pode ser psicológica, moral, sexual ou patrimonial” (BRASÍLIA, 2012, p.5).

formal nas instâncias, teve atuação em subcomissões de direitos e garantias individuais, saúde, seguridade, família e vários outros temas. Promoveu diversas campanhas nacionais com vistas aos direitos da mulher no conteúdo da elaboração das emendas e realizou um encontro nacional no qual resultou um documento entregue aos constituintes: a Carta das Mulheres, documento que conseguiu aglutinar de forma abrangente as pautas das mulheres (PINTO, 2003).

O documento defendia a justiça social, a criação do Sistema Único de Saúde, o ensino público e gratuito em todos os níveis, autonomia sindical, reforma agrária, reforma tributária, negociação da dívida externa, entre outras propostas. Na segunda parte, o documento detalhava as demandas em relação aos direitos da mulher no que se referia ao trabalho, saúde, direitos de propriedade, sociedade conjugal, entre outros. (PINTO, 2003, p.75)

A organização articulada resultou então em pautas que abrangiam não só os direitos específicos das mulheres, mas de homens, crianças, adolescentes, jovens e idosos/os. Um saldo político que nos mostra que os direitos das mulheres não estão descolados dos demais, mas que nele estão inseridos, fazendo frente aos direitos básicos necessários.

A articulação dessa “Carta das Mulheres” com as emendas propostas pela sociedade civil - por meio de suas entidades, resultou então em quatro emendas que tratavam dos direitos das mulheres, onde a emenda de número 20, promovida pela Rede Mulher de São Paulo, pelo Serviço de Informação da Mulher de Mato Grosso do Sul e pelo SOS Corpo de Pernambuco, teve maior destaque.

A emenda tem como principais tópicos a denominação de homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras, em vez de homens e trabalhadores; saúde da mulher; igualdade na sociedade conjugal; assistência médica e psicológica à mulher vítima de violência sexual; liberdade de planejamento familiar; direito de posse e de propriedade de terra para a mulher; defesa dos interesses individuais e da comunidade contrariados pela propaganda da violência ou de atos que discriminam pessoas ou entidades. Todas essas reivindicações foram assumidas nas emendas das deputadas constituintes (PINTO, 2003, p.77).

Após essa conjuntura de abertura política, já no ano de 1990 ocorre uma ofensiva neoliberal conservadora no Brasil com forte rebatimento nas instituições, o que causa um arrefecimento dos movimentos sociais, seu impacto se dá de forma distinta no movimento feminista brasileiro (PINTO, 2003).

Segundo Pinto (2003) ocorre uma segmentação das pautas com o crescimento de ONGs feministas de objetivos distintos: mulheres negras, mulheres rurais, mulheres portadoras de HIV, mulheres parlamentares, mulheres prostitutas e diversas outras. Muitas autoras chamam de “feminismo profissionalizado”, que seria o alargamento dessas ONGs feministas atuando como assessoria dos movimentos sociais, mas com financiamento do Estado ou de organismos internacionais. Há também o entendimento de que não havia um feminismo capaz de representar toda a diversidade de luta da mulher brasileira, mas sim feminismos que lutavam por posições concretas, porém diferentes de acordo com a realidade concreta das mulheres, não perdendo seu caráter libertário, emancipador e pelo seu bem viver.

Embora o período de redemocratização e abertura política tenha possibilitado uma janela histórica para as lutas feministas, o feminismo acaba por se consolidar em uma visão eurocêntrica e universalizante das mulheres. Com isso, demonstra uma incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdades que existe dentro do universo feminino e silencia outras opressões que se materializa para além do sexismo. Os efeitos dessa hegemonia da “branquitude”, presente também em outros movimentos sociais e nas demais relações sociais concretas, cristalizou o silenciamento e a invisibilidade das especificidades da mulher negra, contribuindo para o apagamento da sua identidade (CARNEIRO, 2003).

A perspectiva da interseccionalidade, de que “as pessoas e as populações não possuem apenas uma identidade: pelo contrário, são atravessadas por diversos núcleos identitários” (BOTELHO; NASCIMENTO, 2016, p.30), ausente no discurso do feminismo branco, neste momento histórico aqui tratado, impede que se ampliem os sentidos de democracia e igualdade nas reivindicações colocadas. Portanto, é necessário estabelecer como ponto de partida que “essas diversas identidades e vulnerabilidades historicamente criadas conformam experiências opressivas distintas e que necessitam de uma atenção e um tratamento específico” (BOTELHO; NASCIMENTO, 2016, p.33), nisto podemos inferir que o feminismo negro é o único capaz de dar conta das especificidades da mulher negra, por se forjar em sua própria vivência, tendo como pressuposto sua própria identidade, ancestralidade e não se pretendendo a ser universal.

A partir desse histórico conclui-se a heterogeneidade do movimento de mulheres na construção da equidade de gênero e raça, pela própria diversidade da realidade dessas mulheres. Tendo o desafio de dar conta de uma máxima representatividade, quando não, se organiza em setores de acordo com suas especificidades. No entanto é notória a baixa

participação de mulheres marginalizadas, àquelas fora do mundo do trabalho formal e informal, com menos condições de organização, como por exemplo as adolescentes e jovens negras em situações de vulnerabilidade social. Tendo suas pautas abarcadas de forma generalizada pelo movimento de defesa e garantia dos direitos das crianças e adolescentes.

No entanto, é importante ressaltar a importância do movimento feminista que contribui para o discurso da defesa dos direitos humanos por meio da equidade entre os gêneros e a sua capacidade protagonista de apontar as normas sociais desiguais que reproduzem violência de gênero. Todavia, é mister a luta das mulheres negras - o feminismo negro, que aponta as contradições e desigualdades que o racismo produz entre as mulheres negras e brancas no interior do movimento feminista e coloca que

o viés eurocentrista do feminismo brasileiro, ao omitir a centralidade da questão de raça nas hierarquias de gênero presentes na sociedade, e ao universalizar os valores de uma cultura particular (a ocidental) para o conjunto das mulheres, sem as mediações que os processos de dominação, violência e exploração que estão na base da interação entre brancos e não-brancos, constitui-se em mais um eixo articulador do mito da democracia racial e do ideal de branqueamento (CARNEIRO, 2003, p.120)¹⁸.

Escamotear a centralidade de raça na realidade das opressões de gênero é ignorar, por exemplo, que enquanto a mulher branca reivindicava o direito ao trabalho para sua autonomia, as mulheres negras que sempre trabalhavam, principalmente em serviços domésticos nas residências destas mulheres brancas, reivindicavam condições dignas e jornada de trabalho não superior 8 horas diárias e 44 horas semanais, sem redução salarial. “O principal é dizer que o tempo da inocência já passou. Aquilo que não se via ou não se dizia ou se fingia não ver/dizer está dito: racismo. E é hora de passar a diante.” (WERNECK, 2003, p. 40).

O relato da luta pelos direitos das mulheres no Brasil nos faz entender como as relações de gênero e raça se dá na vida concreta em sociedade. Temos de um lado uma parcela da sociedade, mulheres que lutam por melhores condições de vida, combatendo a violência moral, psicológica, física, sexual e patrimonial, fruto das desigualdades de gênero, classe e raça que vulnerabiliza essa população, violando direitos e impedindo de avançar em tantos outros. E do outro lado uma parcela minoritária, constituída majoritariamente de homens brancos, que detém dos meios de produção, poder político

¹⁸ A autora citada aqui faz referência ao pensamento de Lélia Gonzalez, presente no artigo Lembrando Lélia Gonzalez (1935-1994), de autoria de Luiza Bairros. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20990>>

e cultural que incide diretamente na construção das leis e operacionalização delas, hegemoniza tanto o espaço privado quanto público, no sentido de não perder privilégios e de manterem o *status quo* vigente.

Constroem-se papéis sociais, ancorado em desigualdades, que converge na materialização de determinantes sociais tecendo o retrato de quem ocupada determinados espaços, como por exemplo, os espaços de controle social formal, assunto que iremos abordar no item a seguir.

2.3 As adolescentes e jovens em medidas socioeducativas no Brasil

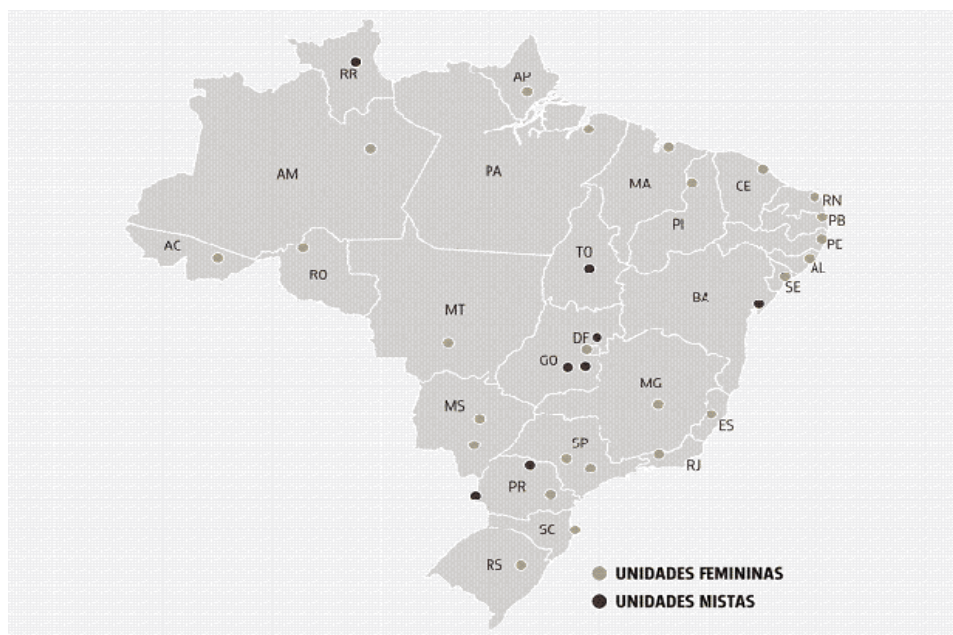
Em face da não compilação dos dados pela esfera estatal, torna-se difícil traçar precisamente o perfil das e dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no Brasil. Existem muitos estudos e levantamentos fragmentados que não abarca de forma sistematizada as informações de todo o conjunto de adolescentes em medidas socioeducativas, - a grande maioria se limita a faixa etária e tipo de infração cometida. Segundo o Levantamento Anual do SINASE de 2014, produzido pela extinta¹⁹ Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, contabiliza 24.628 adolescentes e jovens de 12 a 21 anos em medida socioeducativa de restrição e privação de liberdade (internação, internação provisória e semiliberdade) e 800 adolescentes em outras modalidades de atendimento: atendimento inicial, sanção e medida protetiva.

Dentre a medida socioeducativa de restrição e privação de liberdade, a maioria é do sexo masculino 23.447 (95%) e 1.181 do sexo feminino (5%). Sobre as adolescentes, a pesquisa do CNJ (2015), visou compreender a realidade do cumprimento da medida socioeducativa de internação das adolescentes mulheres, nas cinco principais capitais das cinco regiões do Brasil²⁰ dentre as 33 unidades mistas e femininas mapeadas pela pesquisa, como podemos observar na Imagem 1 abaixo.

Figura 2 – Mapa das unidades de internação femininas e mistas (2015)

19 A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República foi extinta em reforma ministerial publicado no Diário Oficial da União, edição extra, como medida provisória, nº 726, de 12 de Maio de 2016, com força de lei. Com isso, atualmente os temas e demandas da extinta secretaria de direitos humanos está referenciada no Ministério da Justiça e Cidadania. O então presidente da república, autor desta reforma ministerial, Michel Temer, chegou ao poder em razão de um golpe de Estado que destituiu a então Presidenta Dilma Rousseff eleita no último processo eleitoral, sob a alegação de ter cometido crime de responsabilidade fiscal.

20As unidades de internação pesquisadas foram: Santa Luzia/PE, Santa Maria/DF, Chiquinha Gonzaga/SP, Parada de Taipas/SP, Centro Socioeducativo Feminino Casef/PA e Centro Socioeducativo Feminino Casef-RS.



Fonte: Conselho Nacional de Justiça - Justiça Pesquisa, 2015.

Percebe-se a insuficiência de unidades femininas e mistas em estados com maior território, considerando aquelas adolescentes que não moram nas capitais, tendo que se deslocarem muitos quilômetros para a unidade de socioeducação. Assim como, o acesso à sua família, o que dificulta ou inviabiliza o acompanhamento familiar dessas adolescentes como previsto no ECA, no que se refere ao Plano Individual de Atendimento (PIA) na execução de medidas socioeducativas, "Constarão do plano individual, no mínimo: (...) IV – atividades de integração e apoio à família; V – formas de participação da família para efetivo cumprimento do plano individual;" (Artigo 54, inciso IV e V, 1993.)

Ainda, sobre o PIA,

Nesse sentido, a elaboração PIA constitui-se numa importante ferramenta no acompanhamento da evolução pessoal e social do adolescente e na conquista de metas e compromissos pactuados com esse adolescente e sua família durante o cumprimento da medida socioeducativa (SINASE, 2006, p. 52).

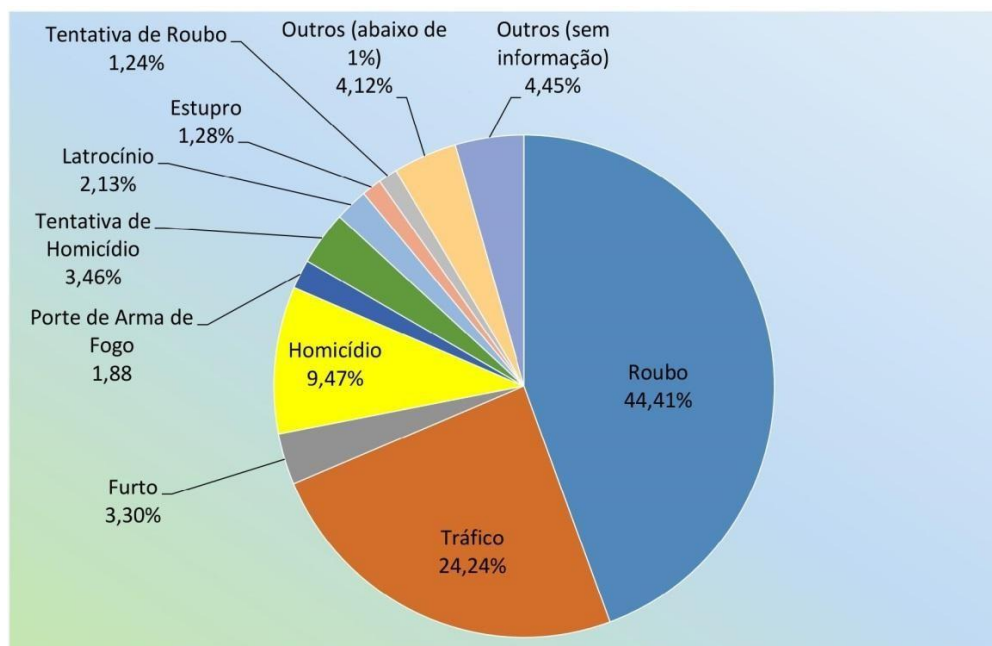
Configura-se como principal instrumento de atividades a serem desenvolvidas com as adolescentes privada de liberdade, sempre no intuito de progressão para uma medida menos restritiva, o PIA é um dos documentos base para avaliação da medida sentenciada a cada seis meses, assim como colocado no ECA.

O Levantamento Anual do SINASE 2014, segunda publicação do SINASE a coletar dados sobre raça e cor, predomina então na média nacional a cor preta/parda (56%) e sua faixa etária está entre 16 e 17 anos (56%). Segundo a pesquisa do CNJ

“Dos espaços aos direitos” no qual realizou o recorte de gênero, a predominância de cor das adolescentes e jovens em medidas socioeducativas é também de jovens não-brancas (equivale ao termo preta/parda utilizado pelo IBGE) e a faixa etária se concentra entre 15 e 17 anos.

As Regras de Beijing, que são as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude, institui no item 19, o caráter excepcional da institucionalização, “19.1 A internação de um jovem em uma instituição será sempre uma medida de último recurso e pelo mais breve período possível”. No entanto, segundo o Levantamento do SINASE 2014 os dados total da medida de internação soma 66%, demais modalidades estão em 22%; a internação provisória, 9% semiliberdade e 3% outros. São dados que revela alto índice de internação mesmo com recomendações internacionais orientando ação oposta, que uma vez ratificadas pelo Brasil, este tem a obrigação de adequá-las às leis nacionais para garantir, de uma forma geral, a dignidade humana nos desdobramentos da sua aplicabilidade.

Gráfico 1 – Atos Infracionais – Total Brasil (2014)



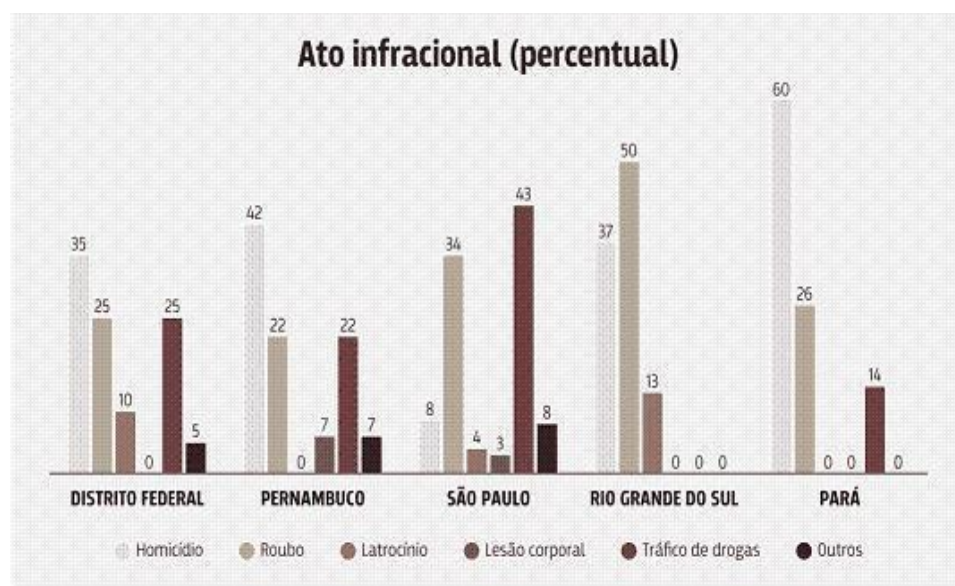
Fonte: Levantamento Nacional SINASE 2014.

Os principais atos infracionais são roubo (44,41%) e tráfico de drogas (24,24%), conforme mostra o gráfico 1. São dados que indica o contrário do que se estabelece no imaginário coletivo da sociedade brasileira, de que são jovens perigosas/os, violentas/os e homicidas, mas os dados da média nacional dos atos infracionais nos

mostram que o principal “alvo” das infrações cometidas por esses adolescentes é o patrimônio, sendo maioria roubo.

A natureza do principal ato infracional das adolescentes e jovens do sexo feminino se difere consideravelmente dos atos cometidos pela média nacional, como mostra no gráfico 2 a seguir. Na maioria das unidades federativas pesquisadas pelo CNJ o principal ato infracional é o homicídio, na qual essas adolescentes se encontram em sua primeira passagem, depois tráfico de drogas e roubo.

Gráfico 2 – Percentual dos Atos Infracionais - Sexo Feminino (2015)



Fonte: Conselho Nacional de Justiça - Justiça Pesquisa, 2015.

Mesmo o homicídio, principal ato infracional das adolescentes, ir ao encontro com o equivocado discurso de que a maioria desses e dessas adolescentes são pessoas violentas e homicidas, nessas capitais pesquisadas, as adolescentes em seu total somam somente 5% da média nacional, ou seja, tratam-se de 1.181 adolescentes e jovens, número que impossibilita a homogeneizar a realidade do conjunto de jovens em medidas socioeducativas no Brasil, já relatada neste trabalho.

Sobre dados relacionados à educação a pesquisa realizada pelo Conselho Nacional de Justiça em julho de 2010 a outubro de 2011, intitulada Panorama Nacional – A Execução das Medidas Socioeducativas de Internação - Programa Justiça ao Jovem²¹, apresenta dados mais detalhados. A média de idade em que interromperam os

²¹ Pesquisa realizada nas 320 unidades de internação existentes no Brasil e entrevistou 1.898 adolescentes internos em todas as regiões do país no conjunto de 17.502 adolescentes em

estudos é de 14 anos e a última série cursada por 86% das/os adolescentes entrevistados estava localizada no ensino fundamental, conclui-se então que essa parcela da população sequer concluiu a formação básica antes mesmo do ato infracional.

As Regras das Nações Unidas para Jovens Privados de Liberdade, aprovado pela ONU em 1990, no item IV sobre a administração dos estabelecimentos de menores, letra E, nº38, versa sobre o direito à educação e formação profissional, no qual

Qualquer menor em idade de escolaridade obrigatória tem direito à educação adequada às suas necessidades e capacidades, com vista à preparação da sua reinserção na sociedade. Tal educação deve ser dada, sempre que possível, fora do estabelecimento de detenção em escolas da comunidade e, em qualquer caso, deve ser ministrada por professores qualificados, no quadro de programas integrados no sistema educativo do país, de modo a que os menores possam prosseguir, sem dificuldade, os estudos após a sua libertação (REGRAS DAS NAÇÕES UNIDAS, 1990, item IV).

Mesmo com evasão escolar anterior ao ato infracional, o direito básico à educação no interior ou fora do estabelecimento, é uma das principais estratégias de reinserção social e no trabalho psicopedagógico no decorrer da medida socioeducativa. Por meio da educação contínua abre uma perspectiva de possibilidades como, por exemplo, uma qualificação profissional e a (futura) inserção no mercado de trabalho.

Portanto, os aspectos pedagógicos devem garantir um acompanhamento no interior da unidade durante a medida socioeducativa, inclusive na medida de internação provisória. Expressa também na Lei nº 8.069/90 que se refere ao ECA, no parágrafo único do artigo 123, a garantia da escolarização e a profissionalização como direitos da criança e da/o adolescente em privação de liberdade. Porém a pesquisa do CNJ nos mostra outra realidade, as atividades se concentram em uma educação superficial e descontinua no método de oficinas (89%) e reforço escolar (59%).

No que se refere à escolaridade, as adolescentes também possuem uma defasagem escolar muito grande e boa parte se deve, tanto do sexo masculino quanto do sexo feminino, a falta de estrutura nas unidades e de garantia nas políticas educacionais enquanto cumprem a medida (CNJ, 2015). Mas ainda assim as adolescentes possuem um nível de escolarização formal maior, estando a maioria entre o 6º e o 9º ano, enquanto a média nacional possui até o 5º ano (CNJ, 2015). Embora com maior grau de

cumprimento de medida socioeducativa de privação e restrição de liberdade, o que representa uma média nacional de 10% do total de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de privação e restrição de liberdade.

estudos, esse dado não as isenta de estar em empregos precarizados, pois essas jovens e essas adolescentes também são alvo do racismo estrutural na sociedade capitalista.

De predominância não-branca, o conjunto de adolescentes mulheres em medida socioeducativa de internação no Brasil, tem suas residências localizadas em bairros de classe social mais baixa (CNJ, 2015). No Pará, cinco adolescentes moravam em Belém e nove, no interior do estado. Em Brasília, todas residiam nas cidades-satélites do Distrito Federal, com concentração maior em Ceilândia e Samambaia. Suas residências estavam localizadas em bairros mais pobres, fato que se observou no País inteiro (CNJ, 2015, p.24).

A partir desses dados infere-se que são adolescentes provenientes de famílias com inserção precária no mercado de trabalho – e por isso já a margem da riqueza socialmente construída, bem como sua inserção laboral pode ser marcada pela discriminação racial. Como a discriminação racial na qual é submetida à população negra não findou com a Lei Áurea (1888) e partindo de uma análise estrutural da formação da sociedade brasileira é pertinente trazer as bases racistas na qual o Estado brasileiro operou a política eugênica pós-Lei Áurea.

O discurso e as propostas eugênicas para o Brasil mostram um racismo nada cordial. Sob a justificativa de romper com o atraso, em nome do progresso, ancorados em ideias em que a hereditariedade determina o destino dos indivíduos e numa desigualdade já dada ao nascer pela própria natureza, os eugenistas respaldavam práticas e políticas que iam desde a discriminação e a exclusão até a mutilação dos seres considerados 'inferiores' (MACIEL, 1999, p. 138).

Com base nessa política eugênica, para redefinir a base social do trabalho no país, a elite e o Estado brasileiro incentivaram financeiramente a imigração de trabalhadores/as brancos/as europeus com a finalidade de “embranquecimento” da população brasileira. Numa conjuntura em que o processo de constituição capitalista se efetivava, o trabalho assalariado se colocava em uma direção essencialmente deformada e excludente, de valorização do trabalhador branco (imigrante europeu) como símbolo da redefinição social e cultural do trabalho no país.

Daí porque a constituição do capitalismo no país ao imprimir a exploração como condição fundamental da lógica capitalista, imprimiu nessa lógica a discriminação racial como insígnia do modo de produção baseado no trabalho livre (MARTINS, 2102, p. 456).

A valorização do/a trabalhador/a branco/a imigrante, acarretou em uma massa de mão de obra negra desempregada e desassistida pelo Estado brasileiro, apropriado pelo sistema capitalista, essa marginalização da população negra, ainda nos dias de hoje é refletida nos índices de desemprego. Na qual, a taxa de desocupação (desempregadas/os em busca de empregos) dos homens negros é superior a dos homens brancos, encontrando-se a taxa de desocupação da mulher negra superior a todos eles, conforme já mencionado neste capítulo. Convertendo a (baixa) renda ou ausência dela, em um componente da desigualdade socioespacial, que define seu lugar em sociedade, assim como apontamos aqui, a realidade socioespacial dessas adolescentes em medida de internação e seu núcleo familiar.

Com a finalidade de dirimir esse abismo de desigualdade social após o cumprimento da medida e ainda, ao considerar que a medida socioeducativa não tenha um viés punitivo e sim um caráter pedagógico que a/o possibilita a reinserção social, expresso nas Regras das Nações Unidas para Jovens Privados de Liberdade (1990), item IV, letra N, nº 80 “As autoridades competentes devem criar ou recorrer a serviços para auxiliar os menores a reintegrarem-se na sociedade e para diminuir os preconceitos contra eles.”.

Previsto também no ECA, art. 94, que no momento em que finda o cumprimento da medida socioeducativa deve ser realizado um acompanhamento à/ao egressa/o, que torna obrigação das entidades que desenvolvem programas de internação a manutenção de programas de apoio e acompanhamento. Segundo a pesquisa CNJ (2012) apenas 61% dos estabelecimentos garante cursos profissionalizantes, uma medida que possibilita ao adolescente no final do cumprimento e logo após sua saída da unidade uma possível reinserção social através do mercado de trabalho.

A convivência familiar anterior ao cumprimento da medida já aponta questões de gênero relacionadas a papéis socialmente determinados, tendo a figura feminina como principal responsável por essas adolescentes e jovens. Segundo o Levantamento do SINASE do ano anterior, já mencionado neste trabalho, no caso a publicação de 2013²², mostra que a maioria, na média nacional, tem somente a mãe ou a avó como únicas responsáveis pela criação. As mães somam 43% e as avós maternas 12%. Já a porcentagem do pai como único responsável se iguala a “outros familiares”, com 4% de incidência, infere-se aqui a ausência do dever da paternidade, se mostrando facultativa e

²² Usa-se a publicação do Levantamento Anual de 2013, pois na publicação mais recente, no caso 2014, não há essa informação que se faz imprescindível nesta análise.

negligente no acompanhamento dessas/es adolescentes e jovens, já que a pesquisa aponta as mães e as avós maternas como únicas responsáveis.

Segundo a pesquisa do CNJ “Dos espaços aos direitos”, que realiza o recorte de gênero, um dado colocado pelas/os funcionárias/os da unidade de internação é o baixo número de visitas recebidas pelas adolescentes em comparação as unidades masculinas. Evidenciando um menor apoio familiar durante a internação, um limite de aceitação menor à transgressão feminina.

Apesar de estar expresso nas Regras de Beijing, ratificado pelo Brasil, no que se refere ao Tratamento Institucional, item 26.4 que

a jovem infratora institucionalizada merece especial atenção no que diz respeito às suas necessidades e problemas pessoais. Em nenhum caso receberá menos cuidado, proteção, assistência, tratamento e capacitação que o jovem do sexo masculino. Será garantido seu tratamento equitativo (REGRAS DE BEIJING, 1985 , item 26.4).

E ainda no SINASE prevê, dentre outros, a diversidade de gênero: “3) garantir a equidade no atendimento socioeducativo prestado aos adolescentes de ambos os sexos, principalmente no que se refere à qualidade e oferta de serviços e atividades”(SINASE, 2010, p.58). Todavia, o que temos na realidade dessas jovens é uma diferenciação sexista, que é o tratamento regulado de poder, diferenciado, com base no sexo biológico, de controle de seus corpos, privação de afeto e de exercer seu direito a sexualidade, pois elas não têm a permissão de visitas íntimas em nenhuma das unidades pesquisadas, mesmo esse direito sendo resguardado no artigo 68 do SINASE.

Dentre os dados do CNJ (2015), na unidade mista do Distrito Federal e de Pernambuco a visita íntima é permitida somente para os adolescentes do sexo masculino, configurando em uma prática, por parte das instituições, de cunho moralista, de controle das subjetividades e convivência afetiva das adolescentes. Segundo a pesquisa tais adolescentes e jovens são em sua maioria oficialmente solteiras, mas muitas têm ou tiveram relações conjugais e relacionamentos afetivas. Ainda, é importante ressaltar que “A juventude é o momento em que a experimentação da sexualidade vai possibilitar uma estruturação de sua identidade. Assim, preconceitos e crenças organizam as possibilidades sexuais-afetivas dos jovens.” (SILVA;

ABRAMOVAY, 2009, p.230) e que tal proibição impacta diretamente na sua relação com o seu corpo e autoestima.

Ainda no que diz respeito aos direitos sexuais e reprodutivos, a maternidade precoce e o cumprimento em medida socioeducativa colocam essas adolescentes e jovens em uma dupla situação de vulnerabilidade emocional, psíquica e material enquanto mulher e na condição de mãe durante o cumprimento da medida. Segundo a pesquisa CNJ – “Dos Espaços aos Direitos”, 59,4% não possui filha/o e das que possui, a faixa etária destas são de 0 a 3 anos, tendo alguns nascidos na unidade de internação.

É garantido por lei as adolescentes ficarem com suas/seus filhas/os somente o período de seis meses referente ao período mínimo de amamentação, conforme recomendação da Organização Mundial de Saúde (OMS) e afirmada na 52ª Assembleia Mundial de Saúde em 2002, as condições desse momento pós-parto também é assegurado.

Aos adolescentes que estão cumprindo medida em meio fechado deve ser assegurado o direito a convivência com o (s) filho (s) para visitação a fim de preservar os vínculos afetivos. Logo, os programas de atendimento socioeducativo deverão disponibilizar espaços apropriados para essas ações. (SINASE, 2010, p. 62)

Porém o que encontramos na maioria das unidades é a inexistência de lugar apropriado para as adolescentes que são mães e seus bebês ainda em fase de amamentação. Segundo CNJ (2015), nas unidades de Pernambuco, Pará e Distrito Federal não há berçário e nem espaços lúdicos para visitas a fim de preservar os vínculos familiares depois que o bebê deixa a unidade. As únicas unidades com locação apropriada como berçário é no Rio Grande do Sul, onde as adolescentes que tiveram suas filhas/os nascidas na unidade permanecem com elas até a extinção da medida.

Ainda, de acordo com dados do CNJ (2015), em São Paulo existe um Programa de Acompanhamento Materno Infantil (PAMI) com espaço adequado, mas ocorre uma segregação socioespacial das demais adolescentes que não possuem filhas/os, sendo terminantemente proibido o contato. Esse isolamento das demais, em parte, é uma leitura de que na maternidade, por vezes, há uma breve suspensão do olhar punitivo sobre o ato infracional para com essas adolescentes. Assim como à atenção integral à saúde dessas jovens somente enquanto gestantes, ou seja, somente quando assumem a figura de mulher reprodutora entrando assim, de forma ideal ou não, para a configuração de instituição familiar que deve ser preservada. Na lógica de que agora “mudarão de vida” somente pelo fato de terem se tornado mães, numa tentativa de

sacralização da maternidade e imposição de uma construção específica da mesma, pautada na docilidade, submissão e total e solitária responsabilidade pela aquela criança gestada.

Sobre as condições de cumprimento de medida, segundo CNJ (2015) essas adolescentes têm seu direito à saúde negligenciada dentro das unidades, com ausência de profissionais especializados referente à saúde da mulher, com forte prioridade em ações medicamentosas e muita resistência de atendimento fora da unidade por parte dos gestores. Ficando elas isoladas e sem atendimento médico regular, mesmo as principais normativas nacionais e internacionais especificando orientações que garantem tais direitos.

No que se refere a questão da profissionalização entre as adolescentes, segundo pesquisa do CNJ (2015),

os cursos oferecidos são de camareira, manicure, artesanato e muitos funcionários não conseguem ter um olhar crítico sobre o que é oferecido às adolescentes e, assim, perde-se a oportunidade de oferecer às internas capacitação em profissões que realmente dê a elas melhores chances no mercado de trabalho (CNJ, 2015, p.198).

Verifica-se uma forte diferenciação sexista, marcada por estereótipos do que seria trabalho feminino. Sobre a sexualidade das adolescentes a mesma pesquisa traz um relato da unidade de Porto Alegre, na qual

um dos funcionários, inclusive, relatou a questão homossexual de uma das adolescentes no PIA da seguinte maneira: F2 – Busca ser provocadora ao se comunicar com a mãe, e neste sentido parecem se situar algumas de suas verbalizações para a genitora, ao dizer que gostaria de cortar os cabelos bem curtos como de um menino e que gosta de se relacionar com meninas. O trecho demonstra a incapacidade dos técnicos em lidar com essa questão. Em vez de problematizar e trabalhar a questão com a adolescente, eles simplesmente disseram que ela gostaria de provocar sua genitora (CNJ, 2015, p.177).

Ainda sobre o cerceamento da sexualidade e do afeto entre as próprias adolescentes que se encontra em medida de internação, a referida pesquisa traz outro relato, citando que

Em São Paulo, também se verifica essa vigilância: P – Quais são essas normas? A7 (SP) – Ah, não pode ter sapataria, respeito a funcionário, na hora de comer, ficar em silêncio... A4 (SP) – Fica todo mundo junto e misturado. Os funcionários ficam dizendo que não pode conversar, porque é sapataria, não pode pegar na mão dessa menina, porque é sapataria... não pode conversar, uma assim na frente da outra. P – Não pode conversar? A4 (SP) – Não, porque eles dizem que é sapataria. P – Mas quem fala isso? Os

funcionários? A4 (SP) – Isso. Tem que ficar do lado dela conversando. A15 (SP) – Lá na Mooca, se eu falar pra senhora que eu ficava com mulher, nossa, eu ia ficar um ano por causa do b.o., imagina se eu falasse que tinha sapataria... eu mofava, por dois anos. P – E como são as regras de disciplina aqui dentro? A15 (SP) – Sem ficar com toques físicos né, pra não ter sapataria... (CNJ, 2015, p.177).

Conclui-se que existe um tratamento diferenciado de forma institucional operado por práticas sexistas, misóginas, moralistas e machistas entre os e as adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. O não cumprimento das políticas, que assegura o atendimento das especificidades das adolescentes e das jovens reforça o caráter sexista, misógino e machista das instituições de controle social, como por exemplo, o cerceamento da sua sexualidade e do afeto. Ou o contrário- o cumprimento, mesmo que escasso, de políticas voltadas para o controle de seus corpos e subjetividades como a maternidade, único momento em que sua saúde é atendida de forma integral, reforça então a preocupação moralista e vigilante e o caráter patriarcal dos operadores da lei.

No capítulo a seguir analisaremos o estado da arte das produções científicas coletadas no âmbito do Serviço Social e do Direito, situada nos referenciais teóricos abordados até aqui: histórico do atendimento da criança e da/o adolescente, gênero e raça.

Capítulo 3

ESTADO DA ARTE DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS SOBRE AS ADOLESCENTES E JOVENS EM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NO BRASIL

Neste capítulo analisaremos o estado da arte das produções científicas coletadas no âmbito do Serviço Social e do Direito, sob a perspectiva dos direitos da/o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, apontando quais são os principais focos de análise utilizados pelas/os autoras/es e, sobretudo como as especificidades de gênero e raça são abordadas. Para isso partiremos de uma fotografia dessas produções, onde iremos apontar quais são os principais focos de análise, para logo mais analisar como as especificidades de gênero e raça são tratadas em especial no que se refere à cultura masculina, patriarcal e racista no sistema socioeducativo. Por fim faremos uma reflexão sobre a ausência nos artigos do tratamento das políticas públicas de atendimento a este segmento.

3.1 Fotografia das produções

Ao pesquisar as produções científicas sobre adolescentes em medidas socioeducativas no Brasil, foi observado a escassez na esfera do Serviço Social, tendo o campo do Direito o maior número dessas produções dentro do lócus de pesquisa Serviço Social/Direito, e com isso, onde também se encontrou o maior número de produções que analisava sob a perspectiva das adolescentes do sexo feminino.

Foram utilizadas as palavras chaves: medida socioeducativa, adolescente em conflito com a lei, ato infracional de adolescentes, socioeducação, criminalidade infantojuvenil e delinquência na busca em revistas científicas do Serviço Social e do Direito, eletrônicas e de acesso livre, publicadas nos anos de 2012 a 2016, de classificação CAPES A1 a B1. Esta última palavra chave, mesmo o termo tendo sido superado no marco da Doutrina da Proteção Integral, teve-se a necessidade de utilizá-lo na busca, pois nas produções científicas na área do Direito este termo é ainda usual. Posteriormente foi realizada uma leitura, dos 29 artigos encontrados, como método de busca das categorias gênero e raça no corpo desses artigos. Considerando que anteriormente foi realizada uma busca com palavras-chaves no feminino e não obtive um rol satisfatório de artigos.

A busca foi realizada pela Plataforma Sucupira/Qualis Periódicos, selecionado no campo "evento de classificação" os anos de 2012 a 2015, área de avaliação do Serviço Social e Direito e classificação CAPES A1 a B1. Selecionado as revistas científicas dentro das áreas elencadas, anos e qualificação Capes previamente determinados, iniciou-se a busca pelos artigos com as palavras-chaves escolhidas e foi considerado para análise também os artigos dos anos de 2016 que surgiram no exercício desta busca, pois na Plataforma Sucupira/Qualis Periódicos os anos disponíveis, no campo "evento de classificação", até o momento final da coleta de dados, era de até 2015. Tal estratégia de busca se mostrou eficaz, pois dos três artigos encontrados que se enquadra nas categorias de análise gênero e raça, dois foram publicados em 2016.

A escolha de pesquisar sobre adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas nos anos de 2012 a 2015, considerando para análise também os artigos dos anos de 2016 que surgiram no exercício desta busca, se deve ao marco histórico da regulamentação da lei nº 12.594/2012 que instituiu o SINASE e regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas à/ao adolescente que pratique ato infracional. Com isso a temporalidade escolhida das produções científicas teve o intuito de abarcar somente as análises posteriores a regulamentação desta lei. Mesmo tendo a opção de ampliar a busca para os anos anteriores à regulamentação da lei, dado o baixo número de artigos encontrados, permaneceu a escolha do ano inicial das publicações em 2012, a fim de se apoiar no marco legal, evitando possíveis lacunas na análise das produções.

A escolha de pesquisar somente as produções científicas das áreas de Ciências Sociais Aplicadas, subárea Serviço Social e Direito e classificação CAPES A1 a B1, partiu-se do entendimento, que é onde se encontra as informações sistematizadas das principais pesquisas empíricas relacionadas ao tema e que tais áreas elencadas abordam tanto a análise do indivíduo em sociedade, sua relação com as regras de convívio social, como sua relação com as leis e dispositivos legais referentes à criança e ao adolescente autor/a de ato infracional, foco de análise deste trabalho.

De 29 artigos selecionados pelo sistema de busca das palavras-chaves mencionados anteriormente, somente 3 artigos tem o recorte de gênero e desses três somente dois menciona raça, essas publicadas no âmbito do Direito. Os resultados da apreciação dos estudos primários serão apresentados levando-se em conta a ordem cronológica em que foram publicados.

Analisaremos primeiro o artigo “Direito sexuais e reprodutivos de crianças e adolescentes: desafios para as políticas de saúde”, que trata da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos com o foco na presença de termos e expressões que refletem a mudança de paradigma ocorrida depois de o Brasil ter se tornado signatário dos principais documentos internacionais que abrangem os direitos da criança e da/o adolescente, incluindo aquelas/es que se encontram em cumprimento de medidas socioeducativas. Por apresentar somente o recorte de gênero, será analisada em um subtópico isolado dos demais artigos.

Logo mais, analisaremos o artigo “Sentenças de medida socioeducativa de internação e gênero – O olhar dos magistrados em Pernambuco sobre as adolescentes em conflito com a lei” e “A Rotulação da Adolescente Infratora em Sentenças de Juízes e Juízas de Direito do Distrito Federal” conjuntamente no mesmo subtópico. Os dois artigos apresenta o recorte de gênero e raça, este último de forma incipiente, possuem a análise sob mesmo objeto: as percepções/representações sociais dos magistrados na decisão da aplicação de sentença de medida de internação. A escolha de separá-los e/ou agrupá-los quando conveniente se deu pelo foco destoante do primeiro artigo em relação aos demais, da necessidade de aprofundamento dos dois últimos por apresentar aporte teórico que vai de encontro com o usado nesta monografia.

Tabela 1 - Artigos coletados

TÍTULO	AUTORAS/ES	ANO	ÁREA
Direito sexuais e reprodutivos de crianças e adolescentes: desafios para as políticas de saúde	Luciene Jimenez, Daniel Adolpho Daltin Assis e Ronaldo Gomes Neves	2015	Serviço Social
Sentenças de medida socioeducativa de internação e gênero – O olhar dos magistrados em Pernambuco sobre as adolescentes em conflito com a lei	Érica Babini Lapa do Amaral Machado, Williams França da Silva e Andrielly Stephany Gutierrez Silva	2016	Direito

A Rotulação da <i>Adolescente Infratora</i> em Sentenças de Juízes e Juízas de Direito do Distrito Federal	Marília Montenegro Pessoa de Melo e Brasil Manuela Abath Valença	2016	Direito
--	--	------	---------

O artigo de Jimenez, Assis e Neves (2015) é fruto de uma pesquisa qualitativa documental que analisou como a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos estão previstos nas normas e leis brasileiras que regulam os direitos das crianças e das/os adolescentes, incluindo aquelas/es que se encontram em medidas socioeducativas. O respectivo artigo faz uma análise na perspectiva garantista do ECA, SINASE e tratados internacionais, com foco na saúde, no que se refere aos direitos sexuais e reprodutivos de crianças e adolescentes incluindo adolescentes em medidas socioeducativas.

Os artigos de Machado, Silva e Silva (2016) e Melo e Valença (2016) tiveram pesquisa documental similar entre elas, com análise de conteúdo de sentenças. A primeira proferidas por magistrados de Pernambuco, a segunda proferidas por magistrados do Distrito Federal. Os dois artigos têm como principal foco de análise as percepções dos magistrados (operadores da justiça, que sentenciam essas adolescentes) durante o processo de apuração do ato infracional e da definição da sentença de medida de internação, sob a perspectiva da criminologia feminista, analisando a moral patriarcal e capitalista na construção dos autos por parte desses magistrados.

Dentre esse rol de três artigos a categoria raça é abordada somente nos artigos de Machado, Silva e Silva (2016) e Melo e Valença (2016), ainda de forma superficial, estando presente no primeiro artigo de forma interseccionalizada com gênero e nas considerações finais, porém sem nenhum aprofundamento teórico e conceitual, citando como um dos marcadores sociais que recaem sobre as adolescentes e no segundo artigo somente na introdução quando trata da teoria do etiquetamento que é usado para embasar a rotulação da mulher criminosa, somente .

De modo geral, observa-se a omissão da centralidade de raça e a ausência de abordagem sobre as condições de cumprimento da medida, o acesso às políticas públicas e as possíveis restrições da mesma pela condição da lógica de encarceramento presente na execução da medida de internação. No tópico a seguir, analisaremos o artigo de Jimenez, Assis e Neves (2015), “Direito sexuais e reprodutivos de crianças e

adolescentes: desafios para as políticas de saúde”, que trata tais direitos sobre uma perspectiva garantista, onde será analisado então, o aporte normativo tratado versus sua materialização.

3.2 Direitos assegurados: entre o papel e o vivido (o aporte normativo versus sua materialização)

O artigo de Jimenez, Assis e Neves (2015) analisam dois documentos e duas leis brasileiras, com o foco na presença de termos e expressões que refletem a mudança de paradigma ocorrida depois de o Brasil ter se tornado signatário dos principais documentos internacionais que abrangem os direitos da criança e da/o adolescente. As normativas analisadas pelas autoras são: o Estatuto da Criança e da/o Adolescente (Lei 8.069/1990), a resolução nº 119 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e da/o Adolescente (CONANDA) referente ao Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), Lei 12.594/2012 que institui o SINASE e regulamenta as medidas socioeducativas destinadas à/ao adolescente autor/a de ato infracional e a Portaria nº 647/2008 referente à saúde da/o adolescente em situação de privação de liberdade.

O estudo ao abordar os direitos sexuais e reprodutivos de adolescentes, incluindo as/os que estão em medidas socioeducativas, demonstra que o ECA não trata a sexualidade como direito e predomina a questão negativa, abordada somente em casos de violência, abuso ou exploração sexual. Ou seja, somente no âmbito da proteção, não no âmbito de direito a ser exercido pela/o própria/o adolescente.

No entanto, cabe ressaltar que a ausência a qualquer menção positiva e específica da sexualidade como direito, se deve à tutela moralista ainda direcionada às crianças e adolescentes, tendo a centralidade somente na prevenção, a fim de evitar algo “pior” quando estas/es transgridem as normas convencionadas do que é adequado para sua idade, normas estas diferentes do que é colocado como direito nestas normativas analisadas pela autora em tela.

Ressalta-se que, segundo Castro, Abramovay e Silva (2004) a principal socialização referente à sexualidade se dá entre amigas/os, um local privilegiado de fala, seja por ser mais agradável ou por ter mais facilidade, seja porque o espaço de

diálogo com as mães e os pais exista fronteiras de gerações a serem superadas, o que muitas vezes dificulta o acesso. Demonstra que a escola é lida pelas mães e pais como importante mecanismo de apoio à orientação sexual, no entanto essa mesma escola trata o tema de forma fragmentada em modelos de palestras, trabalhos isolados e com foco em prevenção. O que não acompanha a dinamicidade dessa fase de descoberta do corpo e de si mesma/o, para além da prevenção a educação sexual aborda subjetividades de descobertas, prazer e (re)conhecimento, o que não significa a educação somente pela abordagem preventiva na dicotomia Gravidez - Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), percebe-se que esse modelo com o foco somente no preventivo se estende também às normativas de direitos juvenis.

Ao apresentar os estudos sobre a Portaria Interministerial nº 647/2008 que trata sobre a saúde das/os adolescentes em situação de privação de liberdade, Jimenez, Assis e Neves (2015) demonstra que não há ações específicas para o sexo masculino. Tais ações específicas para o sexo feminino, segundo análise, são compreendidas somente na dimensão orgânica.

Corroborar-se, com os estudos aqui colocados, - abordado no Capítulo II desta referida monografia - à atenção integral à saúde dessas jovens somente enquanto gestantes, ou seja, somente quando assumem a figura de mulher reprodutora entrando assim, de forma ideal ou não, para a configuração de instituição familiar que deve ser preservada, tendo sua dimensão orgânica sobrepondo e assim escamoteando a dimensão subjetiva.

Sobre esta Portaria, as autoras concluem que o documento se mantém superficial quanto às ações socioeducativas, focando em atividades sobre abuso sexual, violência doméstica e social, todas com recorte no gênero feminino, o que ratifica o olhar na negativa somente pela e na violência e não na promoção de direitos a serem exercidos pelo protagonismo das adolescentes.

Assim, como já mencionado também no Capítulo II deste trabalho, há um tratamento diferenciado de forma institucional operado por práticas sexistas, misóginas, moralistas e machistas entre as/os adolescentes e jovens em medidas socioeducativas no Brasil, assim como demonstra as autoras, ações de educação sexual voltada somente para o sexo feminino. O não cumprimento das políticas que assegura o atendimento das especificidades das adolescentes e das jovens reforça o

caráter

sexista das instituições de controle social, como por exemplo, o cerceamento da sua sexualidade, abarcando somente a dimensão orgânica, como aponta a análise das autoras e os estudos aqui colocados, negligenciando assim sua dimensão subjetiva, afetiva e de direito sexual. Ou o contrário- o cumprimento, mesmo que escasso, de políticas voltadas para o controle de seus corpos e subjetividades como a maternidade, único momento em que sua saúde é atendida de forma integral, reforça então a preocupação vigilante e o caráter patriarcal dos operadores da lei.

No que se refere à análise sobre as visitas íntimas, colocado pela autora, é importante destacar a pesquisa do CNJ (2015) já mencionada, as adolescentes não tem a permissão de visitas íntimas em nenhuma das unidades pesquisadas, mesmo esse direito sendo resguardado no artigo 68 do SINASE, como abordado no referido artigo. Ainda destaca-se outro dado desta mesma pesquisa, também ausente na análise da autora, na unidade mista do Distrito Federal e de Pernambuco a visita íntima é permitida somente para os adolescentes do sexo masculino, configurando em uma prática, por parte das instituições, de cunho moralista e sexista, de controle das subjetividades e convivência afetiva das adolescentes.

Ainda que permitida, sob a restrição de comprovação de união estável, a mesma pesquisa aponta que as adolescentes e jovens são em sua maioria oficialmente solteiras, mas muitas têm ou tiveram relações conjugais e relacionamentos afetivos, com isso a restrição de comprovação de união estável impacta diretamente na garantia do direito sexual previsto e consequentemente sua relação com o seu corpo e autoestima. O que se depreende é um não entendimento da dinâmica das relações afetivas no decorrer da adolescência, uma diferenciação moralista e sexista, de controle de seus corpos, privação de afeto e de exercer seu direito à sexualidade, onde se configura uma dupla dimensão entre o pedagógico e o sancionatório.

Segundo Machado (2016), a socioeducação na medida de restrição de liberdade funciona como uma estratégia retórica de manipulação do poder punitivo, que mesmo a teleologia da medida socioeducativa de internação sendo uma educação voltada à emancipação da adolescente, entre outras finalidades, conscientizar sobre os valores sociais e materializar os direitos assegurados -, o aporte normativo e a lógica da punição resquício do modelo correccional-repressivo forjado na "responsabilização e ressocialização", prevalece o controle das subjetividades e da

reiteração da ordem de gênero estabelecida, protagonizado principalmente pelos agentes públicos, operadores da lei.

Embora, a autora apresente a questão dos direitos sexuais e reprodutivos, incluindo as/os adolescentes em medidas socioeducativas, percebe-se o reducionismo na análise ao não problematizar a cultura masculina e patriarcal presente no sistema socioeducativo, quando se analisa o cerceamento da sexualidade, focando no âmbito genérico, quando aponta sobre o desafio de superar a lógica da proibição e da censura sem apontar quem proíbe, quem censura e pra quem proíbe e quem é censurada.

As autoras Jimenez, Assis e Neves (2015) tratam a questão de gênero a partir da lei colocada, não a partir de suas especificidades. Com isso, sua análise se configura em uma abordagem legalista e reducionista, colocando a questão de gênero de forma simplória e superficial. A questão de raça é totalmente omitida, embora traga o percentual de meninos no sistema socioeducativo, se limita a somente esse dado, ainda que a porcentagem de adolescentes negros/as em privação de liberdade é altamente relevante (55,77%).

Essa invisibilidade é perpassada por toda a análise, ainda que a questão de raça esteja imbricada nos parâmetros da gestão pedagógica do SINASE, no eixo “diversidade étnico-racial, gênero e orientação sexual”, na qual a autora cita, que tais ações devem ser realizadas abordando as três dimensões, contudo só analisa a questão da identidade aliada à orientação sexual, excluindo as dimensões de gênero e raça em suas colocações.

3.3 Menina negra e bandida, porém excluída das análises: A centralidade não-falada da questão racial

Os artigos de Machado, Silva e Silva (2016) e Melo e Valença (2016) tiveram pesquisa documental similar entre elas, com análise de conteúdo de sentenças. A primeira análise das sentenças proferidas por magistrados de Pernambuco, a segunda proferidas por magistrados do Distrito Federal. As sentenças analisadas pelos dois artigos é parte do material a que se teve acesso em razão de uma pesquisa realizada em Unidades de Internação Femininas em cinco estados brasileiros, a pesquisa “Dos espaços aos direitos: A realidade da ressocialização na aplicação das medidas socioeducativas de internação das adolescentes do sexo feminino em conflito com a lei

nas cinco regiões” (CNJ,2015). Por esta razão esses dois artigos serão analisados neste mesmo subtópico.

Os dois artigos têm como principal foco de análise as percepções dos magistrados (operadores da justiça, que sentenciam essas adolescentes) durante o processo de apuração do ato infracional e da definição da sentença de medida de internação, sob a perspectiva da criminologia feminista – teoria e análise a partir da realidade das mulheres nos aparelhos punitivos -, o que referencia a crítica das autoras sobre a moral patriarcal e capitalista na construção dos autos por parte desses magistrados.

A categoria raça é abordada no artigo de Machado, Silva e Silva (2016) de forma superficial, sendo a palavra raça apenas citada no subtópico referente a gênero e nas considerações finais como um dos demais marcadores sociais que recaem sobre as adolescentes. Não se menciona que é um dado estrutural no perfil dessas adolescentes, bem como já constatado nesse trabalho, nem mesmo no perfil do sistema socioeducativo. No artigo de Melo e Valença (2016) a questão racial é abordada tão somente na introdução, quando se trata da teoria do etiquetamento, que elucida quem é o tipo social desviante: negra/o e pobre. No entanto este argumento é usado para embasar a rotulação da mulher criminosa como tipo social desviante, sob o prisma da criminalização da pobreza, somente. Ficando a questão racial omissa, mesmo estando totalmente imbricada tanto na teoria do etiquetamento, quanto ao perfil dessas adolescentes.

A questão de gênero e os estereótipos da mulher criminosa é tratado em toda análise pelas autoras dos dois artigos, sob uma perspectiva da criminologia crítica e feminista. Porém em Machado, Silva e Silva (2016) ao abordar a questão conceitual de gênero, em determinada momento de sua construção das vertentes de análise sobre gênero, cita uma determinada autora que afirma, que sem historicizar e relativizar, a categoria gênero, invisibiliza as categorias de raça, classe e demais. Contudo, no decorrer da construção do discurso de gênero do artigo, verifica-se o movimento de isolar a categoria “mulher” de patriarcado, na intenção de um reconhecimento de identidade de mulher enquanto condição primária, o que em última instância acarreta na invisibilização da mulher negra.

A abordagem de que "mulheres oprimidas por serem mulheres", ultrapassando a questão de classe e raça, assim como coloca as referidas autoras, faz com que corrobore com o discurso feminista universalista eurocêntrico, conforme mencionado neste trabalho, no capítulo II. O reconhecimento da identidade primária é necessário para entender o pano de fundo da opressão, mas ele por si só invisibiliza opressões que são centrais no processo de dominação da formação econômica, política e cultural no Brasil, como a questão de raça aliada à questão de classe.

A questão de gênero e raça está intimamente marcada na dominação masculina (patriarcado), como já mencionado neste trabalho, o patriarca além de posse das/os filhas/os e esposa, tinham no período escravocrata as pessoas negras escravizadas como sua propriedade,- atualmente a “mãe-preta” que cuidava da casa do senhor escravizador e de sua prole, se transveste nas empregadas domésticas de pele negra e sem posse de carteira de trabalho , 47,8% contra 31,3% de pele branca (IPEA, 2017) , fica à mercê do patriarca e sua família, não tem controle do seu tempo de trabalho. Transcende então às relações familiares e amplia suas estratégias de controle sobre a mulher: filha/o, esposa e empregada/o. Recaem sobre a mulher negra, no decorrer da formação social brasileira, todos os organismos sociais de controle, formais e informais, sob uma amplitude maior e mais perversa.

No caso em tela se trata de uma análise sobre as sentenças proferidas pelos magistrados de Pernambuco sobre as adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, onde se tem o dado de 62% de adolescentes não-brancas em unidade de internação (CNJ, 2015) – dado esse fornecido pela mesma pesquisa que se coletou as referidas sentenças. O tratamento da questão racial para a análise das especificidades da mulher negra autora de ato infracional torna-se indissociável para uma coerente e real compreensão das especificidades dos determinantes sociais e estereótipos que recaem sobre essas adolescentes negras. Principalmente pelas autoras apresentarem o argumento de representação social aliado ao “tipo social desviante/potencial perigoso” da teoria do etiquetamento, na elaboração das percepções dos magistrados sobre a realidade social.

Em Melo e Valença (2016) a abordagem do “tipo social desviante” na introdução, com a centralidade na classe e raça, é colocada em contexto com a lógica coercitiva do aparato policial e judicial, pelo motivo dessas duas agências relacionarem a pobreza ao crime, com destaque ao elemento raça. No entanto o argumento do tipo social desviante é usado para embasar a rotulação da mulher criminosa no decorrer do

desenvolvimento do artigo, sob o prisma da criminalização da pobreza, somente. Ficando a questão racial omissa, mesmo estando totalmente imbricada tanto na teoria do etiquetamento, quanto na realidade dessas adolescentes, maioria negra, conforme já citado nesta monografia: mulher transgressora ao perfil esperado, dócil, frágil, pacífica - fugindo disso deve ser controlada, domada - e ao corpo negro tipo social desviante, potencial perigoso aos aparelhos de controle social forma e informal.

É interessante destacar, a ênfase das autoras na categoria “trajetória desviante”, presente nas percepções dos magistrados na elaboração e determinação das sentenças de medidas de internação do Distrito Federal. Embora tenha sido abordado na introdução, a categoria do “tipo social desviante”, em que elege o elemento raça e classe social como central, as autoras não considera o elemento racial como constitutivo na análise da categoria escolhida que se desmembra do “tipo social desviante”, no caso, "trajetória desviante".

Verifica-se essa omissão em vários pontos da análise, como por exemplo, quando afirmam a constante informação descrita nas sentenças, de que as adolescentes não trabalham, mesmo quando uma das adolescentes tem 13 anos e ainda sim os magistrados fazem tal questionamento. Cabe aqui então, destacar a representação social do elemento raça e classe social, justaposto historicamente no corpo negro, em que a criança negra, a adolescente negra, a mulher negra sempre trabalhou: seja escravizada, apropriada no capitalismo pela informalidade ou na formalidade, porém com direitos trabalhistas frágeis, como já citado acima, via dados do IPEA.

Como mencionado no capítulo I desta monografia, no período escravocrata a criança negra não era merecedora de afeto e sim objeto de brinquedos das demais crianças brancas até atingir a idade ainda infantil para o trabalho braçal. Depois de “libertas/os”, foram encaradas/os como preguiçosas/os, vadias/os e mendicantes. Espera-se que a juventude negra trabalhe para se “dignificar”, ser “alguém na vida”, enquanto adolescentes brancas/os, principalmente oriundas/os da classe média/alta, aceita-se que ocupe seu tempo investindo em capital cultural (curso de línguas, tecnologias, música, teatro, dança, etc.) sem que lhe sejam questionadas/os alguma atividade laboral como comprovação de sua idoneidade.

A ausência de uma análise situada e contextualizada da questão racial é verificada tanto no artigo de Machado, Silva e Silva (2016) quanto no de Melo e Valença (2016). A abordagem do elemento raça, somente na introdução enquanto referencial teórico sem retomada no decorrer da análise, como no artigo de Melo e

Valença (2016), citada entre outros vários marcadores sociais sem formulação contextualizada e mencionada (entre parêntese, como informação acessória tal qual esta) nas considerações finais a fim de resumir seu perfil, como no artigo de Machado, Silva e Silva (2016)

a essas inúmeras meninas, que vivem diferentes opressões e discriminações (meninas **negras**, pobres, lésbicas, indígenas, trans, etc.), torna urgente a necessidade de repensar o controle do delito/infração (MACHADO; SILVA; SILVA, 2016, p. 199, **grifo meu**).

Omitindo a centralidade da raça na seletividade desses sistemas de controle social formal e informal, demonstrado cientificamente nesta monografia e constatado estatisticamente pelas inúmeras pesquisas aqui mencionadas.

Desta forma, é mister considerar a centralidade de raça aliada à gênero e classe, quando se refere às adolescentes em medidas socioeducativas no Brasil. Primeiro, porque esta é sua própria identidade. Trata-se de adolescentes mulheres, negras e periféricas em um contexto de encarceramento, permeado por uma cultura masculina, patriarcal, racista e classista, onde o silenciamento dessas questões pode recair em uma (re)vitimização de suas condições subjetivas e objetivas, reincidindo em uma análise reducionista e aparente.

Portanto, é imprescindível partir da totalidade na perspectiva de ter uma efetiva apreensão da realidade, para que se possa elaborar reais estratégias de enfrentamento à essa expressão da questão social. Para tanto, no próximo item iremos analisar como as políticas públicas de atendimento a esse segmento estão sendo abordadas nessas produções científicas e sua perspectiva crítico-dialética em um contexto de hegemonia do capital.

3.4 O que ainda não sabemos?

A mudança de paradigma do modelo institucional correccional-repressivo para a garantia de direitos visando a proteção integral da criança e da/o adolescente versado no ECA, trouxe um reordenamento nas políticas de atendimento à infância e a juventude. Porém, nas produções científicas aqui analisadas, há uma ausência de tratamento sobre as políticas sociais que perpassa o sistema socioeducativo e integra o processo de cumprimento da medida socioeducativa.

Embora o artigo de Jimenez, Assis e Neves (2015) apresente o foco nas políticas de saúde, se limita a pesquisar apenas a presença de termos e expressões que refletem a mudança de paradigma ocorrida depois de o Brasil ter se tornado signatário dos

principais documentos internacionais que abrangem os direitos da criança e da/o adolescente, incluindo aquelas/es que se encontram em cumprimento de medidas socioeducativas.

Nos artigos de Machado, Silva e Silva (2016) e Melo e Valença (2016), observa-se uma recorrente ausência. Embora os artigos tenha sido fruto de uma pesquisa que abrange as cinco principais capitais brasileiras e suas principais unidades de internação mista e feminina, logo, tendo em mãos uma série de informações que poderiam ser analisadas, - como as condições de cumprimento da medida e o acesso às políticas sociais -, não obstante, prevalece o não tratamento dessas questões, ainda que de modo geral.

A invisibilidade do tratamento das políticas sociais em geral ou no que se refere às especificidades da questão de gênero e raça a este segmento da população juvenil, nos suscita algumas considerações. Cabe aqui ressaltar, a partir de qual perspectiva a política social, bem como sua ausência, é aqui analisada.

A política social foi por muito tempo associado à operacionalização e administração de benefícios e serviços sem mediação teórica, no entanto, trata-se de uma categoria acadêmica e política, constituindo-se de teoria e prática que se dispõe a explicar e agir no mundo real visando mudanças (PEREIRA, 2008). A perspectiva crítico-dialética, na qual a política social é aqui abordada, tem a potencialidade de não recair justamente em abordagens funcionalistas e a-históricas e até mesmo idealistas (BEHRING, 2009).

Parte-se então de analisa-las, como processo e resultado de relações complexas e contraditórias, com ideologias, valores e perspectivas teóricas que constitui um campo em constante disputa (BEHRING, 2009). E que, por isso, “envolve o exercício do poder praticado, concomitantemente, por indivíduos, grupos, profissionais, empresários, trabalhadores, entre vários segmentos sociais” (PEREIRA, 2008, p. 172) que disputam sua constituição e direção. Então, não poderá ser compreendida linearmente, nem de forma exclusivamente positiva ou negativa, e sim de acordo com a correlação de forças prevalecente, lhe conferindo um caráter dialeticamente contraditório (PEREIRA, 2008).

Cabe destacar ainda, que essas correlações de forças se estabelecem

no âmbito dos conflitos e luta de classes que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo, nos seus grandes ciclos de expansão e estagnação, ou seja, problematiza-se o surgimento e o desenvolvimento das

políticas sociais no contexto da acumulação capitalista e da luta de classes,

com a perspectiva de demonstrar seus limites e possibilidades (BEHRING, 2009, p. 360)

Na esteira desta discussão, coloca-se então o cenário na qual as políticas voltadas para as/os adolescentes autoras/es de ato informal se conforma. Somado à cultura patriarcal e machista no seio da sociedade como um todo, assim como em suas instituições, como já mencionado neste trabalho, este é revigorado pelo conservadorismo da hegemonia capitalista em crise, na qual, transfere uma dimensão instrumental e técnica, esvaziando – a das tensões políticas e societárias que compõe o universo do sistema socioeducativo. O que reflete tanto na sua operacionalização, quanto nas reais condições, dentro dessa correlação de forças, de disputa da agenda pública sobre a realidade das/os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, na direção da garantia de direitos. Por isso, é paradigmática a ausência de políticas para esse segmento, bem como as análises sobre elas, como constatado na análise do artigo de Machado, Silva e Silva (2016) e Melo e Valença (2016), ou realizada de forma reducionista como no artigo de Jimenez, Assis e Neves (2015).

Observa-se a importância de pesquisas que abarquem com maior rigor as especificidades das adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, - tensionando assim os órgãos competentes por informações mais detalhadas (já estabelecidas pelo SINASE via Sistema de Informação para Infância e Adolescência – SIPIA), a fim de gerar dados disponíveis, resguardado a necessidade do sigilo, sobre essa realidade e contribuir para a visibilidade das questões centrais que perpassam a transgressão na juventude, bem como a realidade em que vivem no cumprimento de medida socioeducativa, convergindo assim, em um panorama mais conciso que poderá subsidiar e contribuir para a efetivação dos direitos dessa população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo da pesquisa era apontar quais são os principais focos de análise sobre as adolescentes em medidas socioeducativas no Brasil, a partir de produções científicas no âmbito do Serviço Social e do Direito, entre os anos de 2012 a 2016, o ano inicial se deve ao marco histórico da regulamentação da lei nº 12.594/2012 que instituiu o SINASE e regulamenta a execução das medidas socioeducativas no Brasil, destinadas à/ao adolescente que pratique ato infracional.

Ao realizar o estado da arte, procuramos analisar as recorrências encontradas nas produções, com foco nas especificidades de gênero e raça e como as políticas públicas de atendimento a esse segmento estão sendo abordadas nessas produções. Ao pesquisar encontramos uma amostra muito baixa dentro deste foco. Dentre um rol de 29 artigos, somente 10% das produções realizou o recorte de gênero e 6,8% realizou a abordagem da questão racial aliada à gênero,- uma abordagem ainda de forma muito incipiente e omissa à centralidade de raça presente na realidade das adolescentes em medida de internação. Conclui-se ainda, que é uma amostra muito pequena para se analisar a diferença de abordagem das produções do Serviço Social em relação ao Direito.

Retomamos o histórico do atendimento à infância e à juventude no Brasil e constatamos que o controle social formal e informal, compreendido como o poder que o Estado e seus aparelhos ideológicos, exerce sobre determinados indivíduos, foi muito eficaz em recolher, institucionalizar e subtrair a vida e as subjetividades de crianças e adolescentes que transgrediram o *ethos* vigente, com forte criminalização da pobreza, tutela, racismo, práticas moralistas e sexistas.

Atentando para as diferentes facetas dos sistemas penais ao longo do processo histórico no país, o que se percebe é a existência de um padrão que se institui no seio da sociedade colonial com o qual nunca se rompera efetivamente até os dias atuais. A obsessão pelo controle dos corpos negros e o projeto de extermínio que com a abolição da escravatura passa a compor a agenda política do Estado são os vetores mestres que ainda hoje balizam a atuação do sistema penal (FLAUZINA, 2006, p. 138)

Desde o sistema de rodas que recolhia crianças “expostas” e abandonadas, perpassando as Casas de Correção que institucionalizava as/os infantes “vadias/os” e “desocupadas/os” angariadas/os para o trabalho, intensificando a criminalização de crianças e adolescentes e suas estratégias de sobrevivência, tendo como alvo principal as crianças e adolescentes negras/os que adquiriram a condição de livres pós-lei áurea, mas sem nenhum suporte enquanto política pública para essa nova configuração social, à FEBEM com a internação em massa de adolescentes das camadas populares até o Sistema Socioeducativo vigente, que mesmo com a mudança de paradigma da Doutrina da Situação Irregular para a Doutrina de Proteção integral, há ainda fortes resquícios do modelo correcional-repressivo incidindo na operacionalização do sistema de justiça juvenil, espelho e antessala do sistema carcerário, repetindo como já mencionado neste trabalho, o mesmo perfil: jovens pobres e negras/os.

Os estudo de gênero e raça desenvolvidos neste trabalho, aliado às pesquisas que traduzem a realidade brasileira em números, também mencionadas neste trabalho como o PNAD, IPEA, CNJ, Levantamento anual do SINASE e Levantamento nacional de informações penitenciárias, nos apresentou quem são essas/es adolescentes autoras de ato infracional e a desigualdade de gênero, social e racial na qual vivem, tendo o sistema carcerário ávido em prosseguir com a seletividade do corpo negro “tipo social desviante/potencial perigoso” e no estigma e vitimização da mulher criminosa, destinando um tratamento diferenciado de forma institucional operado por práticas sexistas, misóginas, moralistas, machistas, racistas e classistas.

A análise do estado da arte das produções científicas corroborou com os estudos construídos até aqui: invisibilidade e racismo na própria análise que trata exatamente das adolescentes negras em medidas socioeducativas.

Entre o direito legal e o direito real, a análise dos estudos dos dados que tratou de analisar a presença de termos e expressões que refletem a mudança de paradigma no ECA, SINASE e demais normativas referente às/aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas,- o artigo de Jimenez, Assis e Neves (2015) -, trata de forma superficial e genérica a questão de gênero e total ausência da questão racial, até mesmo de termos que indiquem como sendo um dos marcadores sociais.

Nos demais artigos, Machado, Silva e Silva (2016) e Melo e Valença (2016) prevalece o que há mais de perverso. A escolha das adolescentes autoras de ato infracional como tema de estudo, sendo maioria negra, como já constatado na própria pesquisa fruto do artigos, da teoria do etiquetamento, que desenvolve quem é o “tipo social desviante”: negra/o e pobre, como referencial teórico para dar suporte também ao entendimento dos estereótipos referente ao “desvio” da adolescente/mulher criminosa, porém a centralidade da raça é excluída das análises e discussões dos dados.

Com isto, percebe-se que

a narrativa autorizada para a análise do sistema penal pôde se valer do negro como personagem, nunca do racismo como fundamento. Se, como já salientamos, as práticas do sistema penal estão necessariamente vinculadas à garantia de determinada estrutura social, o que se pretende por meio da vedação é, justamente resguardar os termos dessa pactuação. Mais, afastar o racismo da análise do sistema penal brasileiro significa fechar as portas para o projeto de Estado que preside sua atuação. Um projeto que trabalha flagrantemente para o extermínio da população negra e que, valendo-se das várias dimensões do aparelho institucional, tem sua faceta mais explicitada nos mecanismos do controle penal (FLAUZINA, 2003, p. 41).

O que se depreende destes estudos é a “retórica da continuidade” da invisibilização da adolescente/mulher negra autora de ato infracional, até mesmo quando tema de estudo, suas subjetividades e especificidades permanecem subtraídas nas análises.

Ao negligenciar o racismo como uma condicionante fundamental das relações de gênero dentro do sistema penal, há ainda que se considerar que se perdem de vista os efeitos correlatos da atuação do sistema penal, que, ordinariamente, não estão colocados para as mulheres brancas. Assim, a análise acaba ficando restrita aos processos de vitimização que se dão dentro da mecânica do próprio sistema, atentando para as problemáticas que situam a mulher no lugar de vítima, diante do empreendimento penal (FLAUZINA, 2003, p. 134).

Ao abordar somente as nuances do encarceramento, como a criminalização da pobreza e os estigmas que perpassa essas adolescentes, assim como o faz Melo e Valença (2016), sem considerar a centralidade da raça para tal, recai em última instância na dupla vitimização à que elas estão colocadas, problematizar essa vitimização sem preceder o núcleo central delas conflui em um apagamento de sua própria identidade.

Finalizo colocando que

A questão gira em torno do fato de que assumir o racismo enquanto variável central na estruturação do empreendimento de controle social penal redundará necessariamente em caracterizar sua movimentação como genocida. Mais: a partir desse tipo de constatação estão abertas as portas para que se acesse um projeto de Estado de extermínio da população negra que atravessa todas as áreas da intervenção institucional (FLAUZINA, 2003, p. 138).

De fato esse não é o interesse da grande maioria das instituições que pesquisam, estudam e analisam os sistemas de controle social. A omissão da centralidade da questão racial nas análises acadêmicas sobre o sistema socioeducativo contribui para o racismo institucional, presente tal qual nos sistemas de controle social formal e informal na qual tais artigos realizam a crítica. O local do discurso racial, presente nestes artigos permanece com pouca e por vezes com nenhuma visibilidade. É preciso enegrecer as produções acadêmicas, dar a devida centralidade, a fim de abarcar alguns elementos constitutivos que são centrais no processo de dominação da formação social, econômica, política e cultural do Brasil.

Enquanto isso, a população negra ocupa os altos índices das estatísticas do desemprego, quando empregados, da menor renda salarial, do não acesso á direitos básicos e do encarceramento em massa da juventude negra, tanto no sistema socioeducativo, quanto no sistema penitenciário.

Neste sucessivo panorama de invisibilidade aqui tratado, se integra a ausência de análise das políticas sociais voltadas para as/os adolescentes em cumprimento medidas socioeducativas, de modo geral ou não evidenciando as especificidades de gênero e raça. No entanto a abordagem da perspectiva crítico-dialética aqui adotada para a compreensão desta realidade, assim como das bases que se conforma a política social, esta se estabelece como “produto da relação dialeticamente contraditória entre *estrutura* e *história* e, portanto das relações – simultaneamente antagônicas e recíprocas – entre *capital x trabalho*, *Estado x sociedade*” (PEREIRA 2008, p. 166) se apresenta em um terreno de disputa contraditório, mas com hegemonia do capital, portanto não há uma política neutra, e é dentro dessa contradição que se forja o direcionamento das políticas sociais para a garantia de direitos.

Esse terreno de disputa se coloca também na academia, (re) produtora de saberes e conhecimentos, que possui perfil e objetivos próprios, onde suas escolhas e decisões, definidas nas arenas conflituosas de poder, produz impacto no contexto em que atua (PEREIRA, 2008). Constatase, neste estado da arte realizado, a hegemonia de uma “branquitude” acadêmica, onde se omite à centralidade de raça e aliada a esse fato, concentra-se a insuficiência de produções sobre as políticas que atendem essa população.

O cenário das políticas sociais voltada para as/os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas perpassa também por larga disputa, desde seu surgimento até os dias atuais. Atenta-se a isso, por exemplo, a defesa da redução da maioria penal, que em primeira e última instância amplia o encarceramento da juventude negra e se anula o debate a cerca do não acesso aos direitos básicos a essa parcela da população.

Conclui-se que

As políticas sociais são concessões/conquistas mais ou menos elásticas, a depender da correlação de forças na luta política entre os interesses das classes sociais e seus segmentos envolvidos na questão. No período de expansão, a margem de negociação se amplia; na recessão, ela se restringe. Portanto, os ciclos econômicos, que não se definem por qualquer movimento natural da economia, mas pela interação de um conjunto de decisões ético-políticas e econômicas de homens de carne e osso, balizam as possibilidades e limites da política social (BEHRING, 2009, p. 375).

Faz-se necessário um projeto de resistência frente ao período de recessão das políticas sociais já conquistadas e ao recrudescimento da lógica do capital, onde a população negra e pobre é a mais atacada na ausência e perda de direitos, na qual, essa omissão da centralidade de raça presente nas produções científicas se projeta a omissão

da discussão da centralidade de raça da formação da classe social brasileira e de quem ocupa os postos mais vulneráveis dentre a classe trabalhadora.

A pouca incidência de produções científicas com recorte de gênero e raça no Serviço Social, 3,4% neste estado da arte realizado, no leva a inferir duas possibilidades de justificativa. Primeira, a temporalidade escolhida da pesquisa nos trouxe um amostra muito baixa para que se possa contestar a falta de produção. Segunda, e talvez mais evidente, que o Serviço Social, mesmo tendo como princípio da formação profissional o

Rigorous trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção; e reprodução da vida social (ABEPSS, 1996, p. 6).

Não está isenta do silenciamento e apagamento ante às questões de gênero e raça no âmbito da formação profissional. Destarte, é necessário produções que contestem o *status quo*, a “retórica da continuidade” do silenciamento e do apagamento da questão de gênero e raça nas produções científicas, que direcione a produção de conhecimento para aquilo que foi constatado há tempos atrás, “o conhecimento torna uma criança inadequada para a escravidão” (DAVIS, 2016, p. 108 apud DOUGLAS, 1962, p. 79).

Destarte, acreditamos que esta longa e profícua pesquisa não se finda aqui. Ela é somente um ponto de partida de uma ambiciosa caminhada.

Referências Bibliográficas

ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1996. 27 p. Disponível em:
<http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf>

ABRAMOVAY, M.; SILVA, L. B. da. Construções sobre Sexualidade na Juventude. In: ABRAMOVAY, M.; ANDRADE, E. R.; ESTEVES, L. C. G. (orgs.). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007. (Coleção Educação para todos). p.229-270.

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; SILVA, L. B. **Juventudes e sexualidade**. Brasília : UNESCO, 2004. 426 p.

ANDRADE, V. R. P. de. **Pelas mãos da criminologia: o controle penal para além da (de) ilusão**. Rio de Janeiro: Revan, ICC, 2012. p.414(Pensamento criminológico, 19).

ARANTES, E. M. M. Rostos de crianças no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, F. J. (orgs.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência a infância no Brasil**. 2.ed. rev. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2009. p.153-202.

BECHIER, F. Os “menores” e a FUNABEM: influências da ditadura civil-militar brasileira. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, São Paulo, 2011. **Anais do XXVI simpósio nacional da ANPUH**. São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em:
<http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300846619_ARQUIVO_FrancieleBecher-SimposioANPUH.pdf>

BEHRING, E.R. Política Social no contexto da crise capitalista. In: **Conselho Federal de Serviço Social**; Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Org.). **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: [s.n.], 2009. 873 p. Disponível em: BEHRING, E.R. Política Social no contexto da crise capitalista. In: **Conselho Federal de Serviço Social**; Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Org.). **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: [s.n.], 2009. 873 p. Disponível em:
<<http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/morena.marques/disciplina-servico-social-e-processos-de-trabalho/bibliografia/livro-completo-servico-social-direitos-sociais-e-competencias-profissionais-2009/view>>

BOOTH, W. C.; COLOMB, G. G.; WILLIAMS, J. M. **A arte da pesquisa**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. 351 p. (Ferramentas).

BOTELHO, D.; NASCIMENTO, W. F. Celebração móvel: políticas públicas, transversalidade e interseccionalidade de gênero e raça. In: SANTOS, D. S.; GARCIA-FILICE, R. C.; RODRIGUES, R. M. **A transversalidade de gênero e raça nas políticas públicas: limites e possibilidades**. Brasília: [s.n.], 2016. p.25-42.

BRASIL. Comissão de Direitos Humanos e Minorias. **Regras das Nações Unidas para jovens privados de liberdade**. Adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 14 de dezembro de 1990. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/RegNacUniProtMenPrivLib.html> >

BRASIL. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992**. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0678.htm>

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: atualizada até a EC n. 96/2017. Brasília: Supremo Tribunal Federal; Secretaria de Documentação, 2017. 514 p.

_____. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. Adotada pela Resolução n. L. 44 (XLIV) da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989 e ratificada pelo Brasil em 20 de setembro de 1990. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/convidir_crianca.pdf>

_____. **Decreto nº 3.321, de 30 de dezembro de 1999**. Protocolo adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais "Protocolo de São Salvador", concluído em 17 de novembro de 1988, em São Salvador, El Salvador. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3321.htm>

_____. **Decreto n. 17.943-A, de 12 de outubro de 1927**. Lei de assistência e proteção a menores. Brasília: Congresso Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm>

_____. **Lei n. 6.697, de 10 de outubro de 1979**. Código de Menores. Brasília, DF: Congresso Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm>

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento nacional de informações penitenciárias (Infopen)**: dezembro, 2014. Brasília: Infopen, 2016. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/documentos/infopen_dez14.pdf>

_____. **Levantamento nacional de informações penitenciárias (Infopen Mulheres)**: dezembro, 2014. Brasília: Infopen, 2016. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/noticias/estudo-traca-perfil-da-populacao-penitenciaria-feminina-no-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf>>

BRASIL. Diário Oficial da União. **Medida Provisória nº726, de 12 de Maio de 2016**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv726.htm>

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e legislação correlata. 13.ed. Brasília: Câmara dos Deputados; Edições Câmara, 2015. (Série legislação; n. 175).

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. **Levantamento anual SINASE 2013**: privação e restrição de liberdade. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2015. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/noticias/pdf/levantamento-2013>>

_____. **Levantamento anual SINASE 2014**. Brasília: Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos, 2017. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/noticias/pdf/levantamento-sinase-2014>>

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para Mulheres. **Tempos e Memórias Movimento Feminista no Brasil**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2010.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. **Regras Mínimas das Nações Unidas para a administração da Justiça da Infância e da Juventude (Regras de Beijing)**. Adotadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua resolução 40/33, de 29 de Novembro de 1985. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/pdf/SinaseRegrasdeBeijing.pdf>>

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)**. Brasília: CONANDA, 2006. 100 p.

BRITO, E. Z. C de. **Justiça e gênero**: uma história da justiça de menores em Brasília (1960-1990). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007. 350 p.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estud. av.**, São Paulo , v. 17, n. 49, p. 117-133, dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300008&lng=en&nrm=iso>.

CISNE, M. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012. 100p.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Panorama Nacional**: a execução das medidas socioeducativas de internação. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2012. (Programa Justiça ao jovem). 146 p. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/panorama_nacional_doj_web.pdf>

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016. 244 p.

FALEIROS, E. A criança e o adolescente: objetos sem valor no Brasil Colônia e no Império. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, F. J. (orgs.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2009. p.203-222.

FALEIROS, V. Infância e processo político no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, F. J. (orgs.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2009. p.33-96.

FARIA, T. D. A mulher e a criminologia: relações e paralelos entre a história da criminologia e a mulher no Brasil. In: XIX Encontro Nacional do Conpedi, 2010, Fortaleza. **Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2010. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3310.pdf>>

FLAUZINA, A.L.P. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. 2006. 145 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/5117>>

GOMES, N. L. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil**. In: BRASIL. MEC/SECAD. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal n. 10.639/03. (Coleção Educação Para Todos). Brasília, MEC/SECAD. p.39-65. 2005.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Planejamento, orçamento e gestão. **Pesquisa distrital por amostra de domicílios (PDAD/2015)**. Brasília: CODEPLAN, 2015. Disponível em <<http://www.codeplan.df.gov.br/component/content/article/261-pesquisas-socioeconomicas/319-pdad-2015.html>>

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA et. al. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4. ed. Brasília: IPEA, 2011. 39 p. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>>

LEÃO, R.Z.R. **Organização Ibero-Americana de Juventude**. Brasil e a Convenção Ibero Americana. 2012.

MACHADO, E. B. L. A. Socioeducação: da ontologia à teleologia – uma ambiguidade teórica. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, Santa Maria, RS, v. 11, n. 2, p. 531-557, ago. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/19934>>.

MACHADO, E.B.L.A.; SILVA, W. F. da; SILVA, A.S.G. sentenças de medida socioeducativa de internação e gênero: o olhar dos magistrados em Pernambuco sobre adolescentes em conflito com a lei. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, Curitiba, v. 61, n. 2, p. 175–202, ago. 2016. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/direito/article/view/42294>>

MACIEL, M. E. S. A eugenia no Brasil. **Anos 90**. Porto Alegre, n. 11, jul. 1999.

MAGALHÃES, J.L.K; SALUM, M.J.G; OLIVEIRA, R.T. (org.) **Mitos e verdades sobre a justiça infanto juvenil brasileira: porque somos contrários à redução da maioridade penal**. Brasília: [s.n.], 2015.

MARTINS, T. C. S. O negro no contexto das novas estratégias do capital: desemprego, precarização e informalidade. In: **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 111, p. 411-412, jul./set. 2012.

MATTOSO, K. Q. **O filho da escrava**: em torno da Lei do Ventre Livre. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 8, n. 16, mar./ ago. 1988. Disponível em: <http://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3674>

MELLO, M. M. P (Coord.). **Dos espaços aos direitos**: a realidade da ressocialização na aplicação das medidas socioeducativas de internação das adolescentes do sexo feminino em conflito com a lei nas cinco regiões. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2015. (Justiça pesquisa) 216 p. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/destaques/arquivo/2015/06/cb905d37b1c494f05afc1a14ed56d96b.pdf>>

MINAYO, M. C. S. **Análise qualitativa**: teoria, passos e fidedignidade. In: Ciência & Saúde Coletiva, 17(3), p.621-626, 2012.

MOREIRA, I. V. W. **As propostas de rebaixamento da idade penal de adolescentes no Brasil e o posicionamento do conjunto CFESS/CRESS**. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Serviço Social) – UFSC. 2011. Disponível em <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/94869>>

NARA, J. Poeta da periferia. Poema autoral. Brasília, 2017.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicologia & Sociedade**, v. 18, n. 1, jan./abr. 2006.

PAULO NETTO, J. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64 p.

PEREIRA, P. A. P. **Política social**: temas & questões. São Paulo: Cortez, 2008. 214 p.

PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. 119 p. (História do povo brasileiro).

PONTES, R. N. A categoria de mediação em face do processo de intervenção do Serviço Social. **Cadernos Técnicos do Sesi Cni**, Brasília, 1996. Disponível em <<http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-016-104.pdf>>

RIZZINI, Irene. Crianças e menores: do pátrio poder ao pátrio dever. um histórico da legislação para a infância no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, F. J. (orgs.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência a infância no Brasil. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2009. p.97-150.

RIZZINI, Irene. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. 200 p.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil**: percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Puc-Rio, 2004. 94 p.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, F.J. (orgs.) **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência a infância no Brasil. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2009. 335 p.

RIZINNI, Irma. Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência pública até a Era Vargas. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, F. J. (orgs.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência a infância no Brasil. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2009. p.225-286.

ROSEMBERG, F.; Mariano, C. L. S. A convenção internacional sobre os direitos da criança: debates e tensões. **Cadernos de pesquisa**, v. 40, n. 141, set./dez. 2010

RUBIN, G. El tráfico de mujeres: notas sobre la “economía política” del sexo. **Nueva antropología**. México, v. 3, n.30, 1986.

RUFINO, A. Configurações em preto e branco. In: ASHOKA (Org.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Cidadania, 2003, p 29.

SAFFIOTI, H I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. 151 p. (Coleção Brasil Urgente).

SILVA, E.R.A.; OLIVEIRA, R. M. **Nota Técnica n. 20 (Disoc)**: O adolescente em conflito com a Lei e o debate sobre a Redução da Maioridade Penal : esclarecimentos necessários. Brasília: IPEA, 2015. Disponível em <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5696/1/NT_n20_Adolescente-conflito_Disoc_2015-jun.pdf >

SANTOS, G. Da Lei do Ventre Livre ao Estatuto da Criança e do Adolescente: uma abordagem de interesse da juventude negra. **BIS, Bol. Inst. Saúde (Impr.)**, São Paulo, n. 44, abr. 2008 . Disponível em <http://periodicos.ses.sp.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-18122008000100005&lng=pt&nrm=iso>.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995.

SPOSATO, K. B. Criança, democracia e neoconstitucionalismo no Brasil. **Diké**. Aracajú, ano 4, v.1, jan./jul. 2015.

UNESCO. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Brasília, 1998. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf> >